

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO EM LINGUÍSTICA

ELISANDRA BENEDITA SZUBRIS

CÁCERES E REGIÃO: NOMES QUE FAZEM HISTÓRIA

CÁCERES-MT
2014

ELISANDRA BENEDITA SZUBRIS

CÁCERES E REGIÃO: NOMES QUE FAZEM HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob orientação da Professora Dr.^a Neuza Benedita da Silva Zattar.

**CÁCERES-MT
2014**

Szubris, Elisandra Benedita.

Cáceres e região: nomes que fazem história./Elisandra Benedita Szubris.
Cáceres/MT: UNEMAT, 2014. 92f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de
Pós-Graduação em Linguística, 2014.

Orientadora: Neuza Benedita da Silva Zattar

1. Semântica do acontecimento. 2. Nomeação das cidades - MT. 3. Cidades –
nomes que fazem história. I. Título.

CDU: 81'37

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Regional de Cáceres

ELISANDRA BENEDITA SZUBRIS

CÁCERES E REGIÃO: NOMES QUE FAZEM HISTÓRIA

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Neuza Benedita da Silva Zattar UNEMAT – Orientadora

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães UNICAMP – Convidado

Prof^a. Dr^a Edileusa Gimenes Moralis UNEMAT – Convidada

Profa. Dra. Fabíola Aparecida Sartín Dutra P. Almeida – Convidada/Suplente

APROVADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2014.

Dedico este trabalho aos meus pais Ana
Maria e Albrecht, por todo amor,
incentivo e palavras de fé que sempre me
fizeram continuar. A Vera, Elisangela,
Wilhelm e Danilo pelo, apoio
companheirismo e amizade.

Ao meu sobrinho Benjamin, que trouxe
novas cores à minha vida.

Minha eterna gratidão, pois essa vitória
não seria possível sem vocês.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo sopro de vida.

À minha família que é a raiz que me sustenta, corações que me fornecem o amor de que preciso para viver.

À Professora Neuza Zattar, por me direcionar para o caminho do saber. Pela dedicação, paciência e confiança. Agradeço pelas orientações, conversas e discussões que me lapidaram no processo de estudo e me direcionaram para um crescimento gradativo pessoal e intelectual.

Ao Professor Eduardo Guimarães, por ter aceito o nosso convite para participar desta banca.

À Professora Edileusa Gimenes Moralis, pelas sugestões de leituras e contribuições dadas à minha dissertação.

À professora Gleide, pela disponibilização da Ata de Fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, material de extrema importância para a elaboração da nossa pesquisa.

A todos os professores do Mestrado, pelas contribuições que ajudaram na minha formação acadêmica.

Às amigas Ariele Santana Loiola e Karine Pedroza, pelo companheirismo durante essa trajetória.

Aos amigos Thalita Sampaio e Weverton Fernandez, pela amizade, pelos dias de estudos, viagens, parceria que vai ficar para além das discussões teóricas, a minha caminhada tornou-se mais doce com a presença de vocês.

Aos colegas de mestrado, Sueli, Maria, Estela, Claudinéia, Helenice, Érica, Rosana, Lucélia e Lúcia, por compartilharmos esses anos de muito aprendizado.

À secretária do Mestrado Cristhiane Santanna e Julio Cezar pela prestatividade dispensada a todos nós.

Ao Programa de Mestrado em Linguística – UNEMAT-MT e à CAPES pela bolsa de incentivo à pesquisa.

[...] O acontecimento é o que produz, numa ordem específica, uma temporalidade própria. Constitui um presente, um passado e um futuro. Ou seja, o acontecimento não se dá no tempo, ele constitui uma temporalidade pela qual ele significa [...].

(Guimarães, 2004, p.12)

[...] Para nossa época, a cidade é uma realidade que se impõe com toda sua força. Nada pode ser pensado sem a cidade como pano de fundo. Todas as determinações que definem um espaço, um sujeito, uma vida cruzam-se no espaço da cidade [...].

(Orlandi, 2004, p. 11)

RESUMO

Historicizar o processo de nomeação das cidades que se instalaram nas décadas de 60 e 70 nesse território, nos leva a lugares históricos antigos e recentes, tendo em vista as diferentes determinações sócio-históricas da época em que se deram os nomes. Neste trabalho, não propomos contar a história das cidades que formam a região de Cáceres, mas analisar como se dá o processo de nomeação dessas cidades pelo viés da Semântica do Acontecimento, de Eduardo Guimarães (2002). Analisamos o movimento de semantização desses nomes, tomando seu funcionamento como um modo de determinação social e histórica que produz sentidos de identidade dessas cidades e de seus habitantes. Tomamos como materialidade os nomes dessas cidades por ano de emancipação, para analisar sob três aspectos: a) o funcionamento morfossintático, considerando que o nome próprio é, na sociedade, uma construção em que as relações morfológicas e sintáticas constituem o nome; b) o funcionamento semântico-enunciativo, pensando a nomeação em relação ao espaço de enunciação e às questões políticas, sociais e históricas que determinaram essas nomeações; c) o memorável no acontecimento dos nomes de cidades, pensando o funcionamento do conjunto de enunciações já realizadas. Apresentamos também como ocorre o processo de identificação do sujeito migrante nas novas terras e como essa nova população passa a ser designada através da categoria dos gentílicos. Com essas análises, mostramos que o processo de nomeação não é algo que se dá aleatoriamente, o sujeito que nomeia está agenciado a enunciar de uma forma e não de outra, sendo que essas nomeações funcionam a partir de um memorável de enunciações já ditas. Refletir sobre o processo de nomeação das cidades que compõem a Região de Cáceres é compreender a própria história de constituição dessa região e do pertencimento da população a esses novos territórios, que constroem e reconstroem a história do povo da cidade e do Estado de Mato Grosso.

Palavras-chave: Semântica do Acontecimento. Nomeação. Cidades.

ABSTRACT

In this research, we present a discussion about the building process involved in the meaning of city names. The main city which name we have analysed here is called Cáceres. This one was founded in 1778 and it is neighbor to smaller cities: Mirassol D' Oeste, Salto do Céu, Rio Branco, Porto Esperidião, Jauru, Curvelândia and Figueirópolis D'Oeste. All of them arose in the first half of the twentieth century, then after political-administrative emancipation from the main city, they became the Greater Region of Cáceres. The reflection on the city naming process of cities, that were settled in the 60 and 70s on this territory of Mato Grosso States, took us to ancient and modern historic places as well as made us ponder about the socio-historical context at different ages that leads to different ways of coining a city name. In this work we don't aim to present the history of the cities that together form the Greater Region of Cáceres, but to analyse the naming process from the point of view of Semantics of the Event, Eduardo Guimarães (2002). We analyse the city names through the procedure of Semantization which considers socio-historical contexts to account for the people's identity of an given city. We take as materiality the names of these cities, and they were studied following their emancipation date order. Three aspects were taken into account: a) the morphosyntactic functioning, considering that the name in a society is stemmed from morphological and syntactic relations b) semantic- enunciative functioning, recognizing that political, historical and social issues determine naming process c) the present memory on the event of city naming which considers the set of enunciations already given. We also presented how the migrant identification process takes place and how those new people are classified according to the locals. Through this work, we demonstrate that the naming process doesn't happen randomly. The person tend to name one way and not the other since the naming process takes place according to the already said present memory. Reflecting on the naming process of the cities that form the Greater Region of Cáceres is taking insights into the history of this region as well as into the feeling of belonging of the people who build and rebuild the Mato Grosso State history.'

Keywords: Semantic Event. Appointment. Cities.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
---------------------------	-----------

CAPÍTULO I

HISTORI(CIDADE) E ACONTECIMENTO: OCUPAÇÃO DE TERRAS

E URBANIZAÇÃO NO SUDOESTE DE MATO GROSSO	16
---	-----------

1.1 <i>Terra à Vista!</i> Os Bandeirantes Paulistas em Terras Mato-Grossenses.....	17
--	----

1.2 Arrayal do Cuyabá/ Cuiabá	18
-------------------------------------	----

1.3 Mato Grosso/Vila Bela da Santíssima Trindade	23
--	----

1.4 Vila Maria do Paraguay/ Cáceres	24
---	----

1.5 Marcha para o Oeste: Política de Integração de Terras.....	26
--	----

1.6 Marcha para o Sudoeste: Criação e Colonização das Primeiras Cidades da Região de Cáceres-MT.....	33
---	----

1.7 Algumas Considerações.....	34
--------------------------------	----

CAPÍTULO II

DO FORMALISMO AO ACONTECIMENTO: UM ESTUDO DO NOME PRÓPRIO.....

2.1 Gottlob Frege /John R. Searle	38
---	----

2.2 Semântica do Acontecimento	40
--------------------------------------	----

2.3 Espaços de Enunciação e Cena Enunciativa.....	42
---	----

2.4 Figuras da Enunciação	42
---------------------------------	----

2.5 Nomeação, Designação e Referência	44
---	----

2.6 Identidades no Sudoeste de Mato Grosso.....	45
---	----

2.7 <i>Corpus</i> e Metodologia.....	47
--------------------------------------	----

CAPÍTULO III

NOMES DE CIDADE: A HISTÓRIA EM MOVIMENTO.....	50
3.1 A Estrutura Morfosintática dos Nomes de Cidades	51
3.2 O Funcionamento Semântico-Enunciativo dos Nomes de Cidades.....	53
3.3 O Memorável no Acontecimento dos Nomes de Cidades	65
3.4 O Processo de Identidade no Sudoeste de Mato Grosso.....	67

CAPÍTULO IV

O FUNCIONAMENTO ENUNCIATIVO DOS GENTÍLICOS NO SUDOESTE DE MATO GROSSO.....	77
4.1 Os Gentílicos nas Gramáticas de Língua Portuguesa.....	78
4.2 Os Sentidos dos Nomes Gentílicos.....	80

CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
-----------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS.....	90
-------------------------	-----------

APRESENTAÇÃO

A questão do nome próprio tem tido especial tratamento nos estudos semânticos, particularmente no que se tem intitulado de Semântica do Acontecimento (2002, 2005), teoria que se inscreve nos estudos enunciativos e que parte do pressuposto de que “não há como falar da história de um nome, sem que se fale da História em que o nome se dá como nome” (GUIMARÃES, 1992, p.16), ou seja, estudar a História de constituição de um nome próprio supõe-se analisar os processos de nomeação em que o nome aparece.

Esta pesquisa que se vincula à Área de Concentração *Estudo das relações entre língua, história e instituições* e à Linha de Pesquisa *Estudo dos processos discursivos e análise semântica da enunciação*, do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, tem como proposta analisar os processos de nomeação das cidades que, a partir de 1970, desmembraram-se/emanciparam-se de Cáceres-MT, e formaram a região sudoeste de Mato Grosso. Observamos o funcionamento da nomeação de cidades pensando essas nomeações em relação ao espaço de enunciação e às questões políticas, sociais e históricas que as determinam.

O nosso interesse pelo objeto de pesquisa se dá por compreendermos que a linguagem é um fenômeno histórico. Desse modo, não propomos contar a história dessas cidades, mas observar como o processo de nomeação traz o memorável dos nomes dessas cidades pelo viés da Semântica do Acontecimento, marcados por diferentes determinações sócio-históricas da época em que se deram os nomes.

Este trabalho se divide em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos um percurso sócio-histórico do processo de ocupação e urbanização de Mato Grosso, observando o surgimento das primeiras cidades que fundam os discursos de ocupação de terras no Estado de Mato Grosso entre os séculos XVIII e XIX, das políticas de integração de terras no século XX e dos programas de ocupação realizados pelo Governo de Mato Grosso que marcam o início da colonização da

região sudoeste do Estado, pelo memorável da Marcha para o Oeste.

O primeiro período da colonização do Estado (século XVIII), determinada pelas políticas da Coroa portuguesa, se deu pelas mãos de governantes portugueses e de bandeirantes luso-brasileiros, figuras importantes que desbravavam o interior do Brasil. No segundo período temos um movimento diferente de ocupação de terras (1960), com os migrantes que vêm para o Estado de Mato Grosso, afetados por propagandas realizadas pelo Governo estadual que prometiam aquisição de terras férteis e baratas, e pelas políticas do Governo federal, como o programa Marcha para o Oeste que teve um importante papel no processo de colonização do Estado e no surgimento de novas territorialidades no sudoeste de Mato Grosso.

No segundo capítulo, fazemos um percurso teórico da Semântica do Acontecimento, à qual o nosso trabalho se filia, observando como o nome próprio vem sendo tratado na posição referencialista de Frege e Searle, a qual contrapomos com os estudos do nome próprio desenvolvidos por Eduardo Guimarães (2002, 2005) no Brasil. Nesses estudos, o autor trabalha com o funcionamento dos nomes próprios no acontecimento, buscando sustentar a posição de que um nome próprio significa. Nesse sentido compreendemos que o nome próprio não é um rótulo, ele surge no presente que recorta um passado de enunciações, projetando sentidos de futuridade para a nomeação, essa futuridade vincula e supõe uma inseparabilidade entre o nome e nomeado.

No terceiro capítulo, apresentamos as análises dos nomes das cidades sob três aspectos: a) o funcionamento morfossintático, considerando que o nome próprio é, na sociedade, uma construção em que as relações morfológicas e sintáticas constituem o nome; b) o funcionamento semântico-enunciativo, pensando a nomeação em relação ao espaço de enunciação e às questões políticas, sociais e históricas que determinaram essas nomeações; c) o memorável no acontecimento dos nomes de cidades, pensando o funcionamento do conjunto de enunciações já realizadas.

A partir do conceito de identidade trabalhado por Orlandi (2011),

compreendemos que o processo de nomeação funciona determinado sócio-historicamente produzindo também sentidos de identidade para essas novas cidades e seus habitantes, e analisamos como essas identidades são construídas, a partir dos deslocamentos de migrantes vindos em grande parte do sudeste do Brasil.

No quarto e último capítulo do nosso trabalho, refletimos sobre os sentidos de futuridade que a nomeação de cidades produz para a população da região sudoeste de Mato Grosso e que passa a ser designada pela identidade construída através categoria dos gentílicos. O processo de formação dos nomes gentílicos nos parece evidente, dada a referencialidade que liga o gentílico ao nome próprio da cidade, no entanto, por assumir uma posição não-referencialista, mostramos pelas análises que o nome gentílico é produzido no acontecimento enunciativo pelo processo de designação.

Nesse movimento de sentidos, procuramos mostrar que os nomes das cidades se dão nos acontecimentos enunciativos perpassados pelo interdiscurso que se dá como espaço de memória no acontecimento. Ou seja, a nomeação é um acontecimento de linguagem que diz algo sobre o que ela nomeia.

Destacamos que cada nome tem uma construção linguística e histórica diferente do outro, e embora o nome de cidade seja mais estável que os nomes dos logradouros públicos, observamos nas análises que os nomes das cidades da região de Cáceres, fundadas no século XX, são mais estáveis que os nomes dados às primeiras vilas fundadas na Capitania de Mato Grosso como Cuiabá, Vila Bela e Cáceres, cujos nomes, atualmente, se mantêm reescrituradas por condensação. O acontecimento da nomeação pode recortar como memoráveis enunciações que nomearam outras cidades, pode decorrer de homenagens a personalidades que foram importantes para a fundação da cidade, e também pelos processos metonímicos e metafóricos, nomeando a partir de características contidas na localidade.

Observamos que a nomeação de cidades é um processo que não cessa, pois essas localidades abrem uma futuridade para novas territorialidades que surgem ao

longo do tempo, como é o caso das vilas e distritos que, uma vez elevados à categoria de cidades, geralmente são renomeadas por considerar que o processo de nomeação segue retomando, repetindo, silenciando e construindo novos sentidos para essa região do Estado de Mato Grosso.

CAPÍTULO I

HISTORI(CIDADE) E ACONTECIMENTO: OCUPAÇÃO DE TERRAS E URBANIZAÇÃO NO SUDOESTE DE MATO GROSSO

De modo menos radical, a forma mais ampla de pensar a territorialidade é como condição do que faz parte do território de um Estado; limitação da força imperativa das leis ao território do Estado que as promulga. Trata-se de espaços, seres, de acontecimentos, e de delimitações.

(Orlandi, 2011, p. 13)

Pensar o processo de nomeação das cidades que foram fundadas e desmembradas do município de Cáceres-MT, e depois emancipadas e/ou tornadas independentes político-administrativamente, vai além de pensar as cidades como espaço territorial ou geográfico que têm um nome para referi-las ou fatos históricos que nelas ocorreram, isto é, queremos considerar a nomeação das cidades na perspectiva do acontecimento de linguagem afetado pelas condições sociais e históricas dos sujeitos que nele se inscrevem.

Nessa perspectiva, trazemos para discussão, neste capítulo, a ocupação histórica e social de espaços territoriais localizados no estado de Mato Grosso, por bandeirantes paulistas no século XVIII e, particularmente, das terras situadas na região sudoeste do Estado que, ao longo da segunda metade do século XX, foram fundadas, urbanizadas e nomeadas por bandeirantes do interior de vários estados brasileiros atraídos por propagandas de aquisição de terras férteis “baratas” e pelas políticas de integração.

Para compreender o processo de ocupação, colonização e urbanização dos espaços territoriais durante os séculos XVIII e XX, e que nos transportam, ao mesmo tempo, ao passado e à atualidade desses lugares, vamos apresentar um percurso sócio-histórico do desbravamento e colonização do território mato-

grossense, que retoma o memorável da luta entre portugueses e espanhóis pelos domínios das terras da América, no século XVIII, período em que dá a criação e a nomeação das cidades históricas de Cuiabá, Vila Bela da Santíssima Trindade e Cáceres, e examinar, a partir da chegada de bandeirantes do século XX, a constituição do surgimento de novas territorialidades em Mato Grosso, dois séculos depois, como resultado das políticas de integração de terras que permitiram o acesso de migrantes de vários estados brasileiros às terras do então município de Cáceres-MT, localizadas na região sudoeste do estado de Mato Grosso.

Na história de colonização do estado de Mato Grosso, encontramos documentos institucionais, como as atas de fundação das primeiras cidades, que marcam o início de fundação e nomeação dos espaços urbanos, oficializando a ocupação desses núcleos habitacionais. Nesse percurso sócio-histórico que compreende o período de apropriação de terras inexploradas e de colonização do território mato-grossense, tomamos as atas que registram e dão legitimidade à fundação de novos núcleos habitacionais, como textos integrados por enunciados.

1.1 Terra à Vista!¹ Os Bandeirantes Paulistas em Terras Mato-Grossenses

Ao enunciado *Terra à Vista!*, que funda uma memória de sentidos do primeiro olhar do português europeu sobre a paisagem territorial do Brasil, segue-se, séculos depois, o período de desbravamento do interior do Brasil marcado por diversas expedições com fins plurais, como a exploração para captura de mão de obra indígena, e as expedições nomeadas de “entradas” e “bandeiras” para exploração, domínio e povoação de terras no interior do país. Os integrantes dessas expedições ficaram conhecidos como “bandeirantes” e somente eles chegaram ao Oeste brasileiro, ultrapassando a linha do Tratado de Tordesilhas².

¹ Título de livro de Eni Orlandi, 1990.

² Tratado de limites firmado dois anos após o descobrimento da América, em 1494, pelo qual o mundo americano ficou dividido em duas partes, cabendo a Portugal as terras que situassem até 360 léguas a Leste da Ilhas de Cabo Verde e cabendo à Espanha as do lado Oeste desse limite (SIQUEIRA, 2002, p. 24).

As entradas, com finalidade de expandir o território, eram financiadas pelo governo colonial em nome da Coroa de Portugal, e partiam de qualquer lugar do Brasil, mas não ultrapassavam o Tratado de Tordesilhas. Já as bandeiras eram financiadas por paulistas através de iniciativas de particulares que, com recursos próprios, buscavam obtenção de lucros.

As bandeiras foram intensificadas no século XVI e perdurou até a metade do século XVIII, período em que ocorreram as primeiras incursões ao território do Mato Grosso. Posteriormente, portugueses e espanhóis são atraídos à região sob o efeito dos rumores de que havia muita riqueza nessas terras. Entre 1673 e 1682, os bandeirantes paulistas Manoel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva subiram o rio Cuiabá até a sua confluência com o rio Coxipó-Mirim, e acamparam num local que denominaram de São Gonçalo. No final de 1717, seguindo o mesmo caminho de seu pai, Antônio Pires de Campos, chegou ao mesmo local, rebatizando-o de São Gonçalo Velho. Em 1719, alguns bandeirantes encontram pepitas de ouro e instalam as primeiras minas em território mato-grossense sob o leito do rio Coxipó, às margens do córrego Mutuca. A instalação dessas minas produziu um novo acontecimento, a fundação de um arraial denominado de Forquilha, que marca o surgimento do segundo achado aurífero.

A seguir, vamos mostrar como as cidades de Cuiabá, Vila Bela e Cáceres, fundadas no mesmo século, se diferenciam quanto às finalidades históricas de ocupação e nomeação das vilas.

1.2 Arraial do Cuyaba / Cuiabá

No ano de 1721, o sorocabano Miguel Sutil de Oliveira, tendo descido o rio Coxipó, ordenou a alguns escravos que buscassem mel, e no retorno, ao invés disso, trouxeram pepitas de ouro, o acontecimento provocou a descoberta da terceira jazida aurífera, situada no leito do córrego chamado Prainha, afluente do rio Cuiabá. A notícia do descobrimento do ouro se espalhou e em pouco tempo grande parte dos

moradores da Forquilha e do Arraial Velho passaram a minerar no leito do córrego da Prainha, o que motivou o nascimento de um pequeno vilarejo sob a proteção do Senhor Bom Jesus, conforme a ata abaixo:

Aos oito dias do mez de Abril de mil setecentos e dezenove annos, **neste Arraial do Cuyabá** fez junta o **capitão-mór Paschoal Moreira Cabral com os seus companheiros e lhes requereu a elles este termo de certidão para noticia do descobrimento novo** que achámos no ribeirão do Coxipó, invocação de Nossa Senhora da Penha de França, depois que foi o nosso enviado, o capitão Antonio Antunes, com as amostras que levou do ouro ao senhor General com a petição do dito capitão-mór, fez a primeira entrada onde assistiu um dia e achou pinta de um vintem, de dous e de quatro vintens e meia pataca, e a mesma pinta fez na segunda entrada, em que assistiu sete dias, e todos os seus companheiros, as suas custas, com grandes perdas e riscos, em serviço de Sua Real Magestade, e como de feito tem perdido oito homens brancos, fóra negros, e para que a todo o tempo vá isto a noticia de Sua Real Magestade e seus governos para não perderem seus direitos e por assim ser verdade nos assignamos neste termo, o qual eu passei bem e fielmente a fé do meu officio como escrivão deste arraial. - Paschoal Moreira Cabral - Simão Rodrigues Moreira - Manoel dos Santos Coimbra - Manoel Garcia Velho - Baltazar Ribeiro Navarro - Manoel Pedroso Lousano - José de Anhaia Lemos - Francisco de Siqueira - Asenço Fernandes - Diogo Domingues - Manoel Ferreira - Antônio Ribeiro - Alberto Velho Moreira - João Moreira - Manoel Ferreira de Mendonça - Antonio Garcia Velho - Pedro de Godoi - José Fernandes - Antônio Moreira - Inácio Pedroso- Manoel Rodrigues Moreira - José Paes da Silva.”³

Esse documento, que significa para a história de Mato Grosso o ato de fundação da cidade de Cuiabá, também legitima o registro “de certidão para noticia do descobrimento novo neste Arraial do Cuyabá”. No sintagma adverbial “neste Arraial do Cuyabá”, estaria o dêitico “neste” significando que o “Arraial” já havia sido fundado por outros bandeirantes? Nessa ata estaria o locutor-escrivão fazendo o registro do achado de minas numa localidade já existente? Seria então o “Arraial

³ Cf. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

do Cuyabá”, um espaço já denominado, e tomado como o lugarejo que deu início ao processo de povoação, colonização e urbanização da primeira província de Mato Grosso?

Com relação ao nome do Arraial, Pitaluga (2007, p. 34) também questiona se no registro da expressão “[...] neste Arrayal do Cuyabá [...]” não estaria o locutor-escrivão omitindo ou silenciando o nome “rio” do topônimo Cuyabá? Para o autor (Idem), essa pista fornecida pela ata é um importante dado que demonstra que o topônimo já pertencia ao rio e só após a chegada de Moreira Cabral e seus homens, na foz do Coxipó, é que o arraial, as minas, a vila e a própria cidade foram nomeadas pelo nome “Cuyabá”. Estas questões e outras que escapam dos documentos oficiais povoam o imaginário de pesquisadores e historiadores mato-grossenses.

A performatividade da ata – requereu a eles este termo – institucionaliza a terra, mantendo a nomeação do povoado e marcando o poder que patrimonializa esse território. No entanto, a enunciação dessa ata é duplamente significativa, por um lado rememora a fundação de Cuiabá, e por outro projeta imagens de novos achados minerais nessa localidade.

Fundado o Arraial do Cuyabá, a determinação do registro da ata, segundo Motta (2011, p.4), “configura o lugar hierarquizado que se projeta no direito à terra, pois sem esse acontecimento não há legitimidade”.

O registro da ata de fundação que dá existência ao Arraial do Cuyabá se dá também na perspectiva da fundação de um Estado analisado por Orlandi (2011, p.103), que diz:

para um país, um Estado, uma nação, não basta existir, é preciso ser dito como existente em um discurso que, pelo fato mesmo de dizer, o/a institui. E quem o diz tem de estar em posição-sujeito capaz de realizar este gesto de fundação, além de prescrever as condições da fundação.

O “descobrimento novo” das minas faz significar na história de Mato Grosso a fundação do povoado que faz surgir um novo acontecimento do dizer, o da sua nomeação como *Arraial do Cuyabá*, cuja expressão é formada por um nome comum de lugar (arraial) e *do Cuyaba*, um sintagma preposicionado especificador.

Para o historiador mato-grossense Pitaluga (2007, p. 29), Cuiabá é uma cidade cheia de lendas e tradições culturais que contribuem para o enriquecimento do folclore mato-grossense, o próprio nome *Cuiabá* seria derivada dessas lendas. A primeira a ser citada é a lenda do “Cuia-vai” que narra a existência de uma turma de sertanistas que desceram à praia para tomar água, e quando a cuia que estava nas mãos de um dos sertanistas escapou e foi levada pela correnteza, o bandeirante desapontado então exclamou: “Cuia, bá!”, em decorrência da pronúncia portuguesa que trocou o “v” pelo “b”, e foi assim que o rio, até então sem nome, foi nomeado. Pitaluga (Idem) diz ainda que essa lenda sofre algumas modificações em obras de outros autores que, por vezes, citam o bandeirante, o indígena e até mesmo uma figura feminina como enunciador da expressão “Cuia, bá”. No entanto, pelo caráter de lenda, os intelectuais mato-grossenses trataram essas versões da história do nome de Cuiabá como algo folclórico ou como uma simples historieta infantil.

Para Pitaluga (2007, p. 163), o vocábulo “cuiabá” deriva de “cuyaverá”, passando por “cuiavá” e, finalmente, “cuiabá”. Essa assertiva tem como pressuposto uma carta escrita em 1741 pelo padre Agustin Castañares que, entre outras questões, diz:

Está fundada dicha ciudad, segun tengo entendido, al principio del lago de los Jarayés, yendo de aqui de esta banda del rio em tierra confinante com la de la Assunción, sobre el **Arroyo Cuyaverá**, que segun el mapa entra del este en el rio Paraguay, y del arroyo tomaria la ciudad la denominación de **Cuyabá**⁴.

Seguindo a trilha da história da fundação de Cuiabá, como efeito da

⁴ Carta de 1741, de autoria do Padre Agustín Castañares a Don Rafael de La Moneda com informações sobre Cuiabá. In: SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Cuyaverá, Cuiabá, A lontra brilhante*. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato, 2007.

instalação das minas, o Governador de São Paulo, Rodrigo Moreira César de Menezes, decidiu mudar-se para o Arraial, pois as novas minas se distanciavam da sede da capitania, a Vila de São Paulo de Piratininga, e todo o controle e fiscalização ficavam por conta dos descobridores. Pressentido que o controle político dessa região se encontrava nas mãos de sertanistas enriquecidos com os lucros auríferos, a intenção do Governador era acabar com o mando desses poderosos locais e ganhar a confiança deles para aliar-se à Coroa portuguesa.

Toda a movimentação que ocorreu com a instalação da minas contribuiu para novos acontecimentos como o da elevação do Arraial à categoria de Vila, em 1º de janeiro de 1727, acontecimento que nomeou o local de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Para esse ato foi lavrada uma nova ata para legitimar o acontecimento:

Ao primeiro dia do mês de janeiro de 1727, nesta Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, sendo mandado por Sua Majestade, que Deus guarde, **a criá-la de novo** o Exmo Sr. Rodrigo César de Menezes, governador e capitão-general desta capitania, e que o acompanhasse para o necessário, o Dr. Antônio Alves Lanhas Peixoto, Ouvidor-geral da comarca de Paranaguá, sendo por ele eleitas as justiças, juízes ordinários, Rodrigo Bicudo Chacim, o tesoureiro coronel João de Queirós Magalhães, e vereadores Marcos Soares de Faria, Francisco Xavier de Matos, João de Oliveira Garcia e procurador do conselho Paulo Anhaia Lima, servindo de secretário da comarca Luís Teixeira de Almeida, almotacé o brigadeiro Antônio de Almeida Lara e o capitão-mor Antônio José de Melo, levando o estandarte da Vila, Matias Gomes de Faria foi mandado pelo dito sr. Governador capitão-general que como o dito Dr. Ouvidor, todos juntos com a nobreza e o povo, fossem à praça levantar o pelourinho desta Vila a que em nome d'El-Rei deu o nome de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá⁵.

Ao ser elevado à categoria de Vila, o Arraial do Cuyabá é renomeado por Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, produzindo um movimento semântico

⁵ Cf. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

que marca a espacialidade da vila urbanizada pela nomeação dos representantes dos órgãos políticos já ali instituídos como “vereadores”, “procurador”, “secretário da comarca”, “almotacé⁶”, e de espaço público urbano “na praça”, e habitada pela “nobreza e o povo”.

1.3 Mato Grosso / Vila Bela da Santíssima Trindade

Considerando as distâncias entre as minas descobertas e a Capitania de São Paulo, na enunciação da Carta Régia, de 9 de março de 1748, o capitão-general Dom Antônio Rolim de Moura foi nomeado pela rainha Mariana da Áustria, da qual recebeu várias instruções e orientações, dentre elas, a de fundar e erigir a Capitania de Mato Grosso no vale do rio Guaporé, próxima à fronteira com os domínios espanhóis, com a finalidade de defender e proteger os domínios portugueses.

A seguir apresentamos trechos da ata de fundação da cidade de Vila Bela, a primeira capital de Mato Grosso:

[...] Aos dezenove dias do mês de março do dito ano, neste Sítio chamado de Campo do Simão, por outro nome o Pousou Alegre, a beira do Rio Guaporé e ao poente da Chapada de São Francisco Xavier do Mato Grosso, no lugar da Praça destinada para se levantar o Pelourinho da nova Vila que Sua majestade foi servido mandar erigir e criar nestas Minas, presente do dito lugar o ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Antônio Rolim de Moura, Governador e Capital-General delas, e o Juiz de Fora, Theotonio da Silva Gusmão [...] em cuja Praça no meio mandou o dito Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão-General levantar o Pelourinho por insignia de se construir no Erigir do dito lugar a referida Vila [...] E logo pelo dito Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão-General foi declarado que a dita Vila teria o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade [...].⁷

⁶ Significa cf. Houaiss (2009), versão eletrônica: Inspetor encarregado da exata aplicação dos pesos e medida e da taxaço e distribuição dos gêneros alimentícios.

⁷ Conforme Ata de Fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Segundo Pitaluga (*apud* SIQUEIRA 2002, p. 41), anterior à fundação oficial da nova capitania, um grupo de mineiros⁸, tendo chegado ao rio Galera, no Vale do Guaporé, foi surpreendido pela mata espessa, formada por grossas e altas árvores, e, impressionado com essas imagens, nomeou a região de *Mato Grosso* pelas características da vegetação ali existente.

Na ata, a Vila foi erigida no “Sítio de Campo do Simão”, denominado de “Pouso Alegre”, o que significa dizer que a localidade predestinada a se tornar a futura Capitania já existia sob o topônimo de “sítio”. Observamos que a nomeação “Vila Bela da Santíssima Trindade” foi determinada pelo discurso real que apaga os nomes anteriores dados ao sítio. Tratando-se de uma Capitania, a ata traz imagens do planejamento da espacialização da vila como: “lugar da Praça destinada”, “Vila assinalava e demarcava por logradouro dela na forma da ordem do dito Senhor”, “terreno não podia ser aforado pela câmara”, que rememoram o traçado elaborado pela Corte portuguesa em forma de instruções.

O sítio é nomeado Vila Bela da Santíssima Trindade, cujo nome nos faz supor que já fazia parte das instruções reais, uma vez que o nome não estabelece relação com as imagens das matas vistas pelos mineiros – mato grosso –, nem com o nome da rainha – Mariana da Áustria – e nem com o nome do governador – Antônio Rolim de Moura, como ocorreram com a nomeação de outras vilas.

1.4 Vila Maria do Paraguay / Cáceres.

A fundação de Vila Maria foi pensada estrategicamente para estabelecer uma conexão efetiva entre a Vila de Cuiabá e a capital Vila Bela da Santíssima Trindade. A Coroa portuguesa, que já havia intensificado o domínio com o povoamento nas fronteiras do Oeste brasileiro, faz fundar a Vila Maria, no caminho/entreposto dessas duas importantes vilas, em homenagem à D. Maria, rainha de Portugal.

⁸ Estamos nos referindo aqui aos trabalhadores ligados à exploração de minérios.

Segundo J.C Freitas de Barros⁹, além de facilitar a comunicação entre as Vilas de Cuiabá e Vila Bela, outros motivos levaram o governo a efetivar a fundação de Vila Maria, como a defesa e o incremento da fronteira sudoeste, os ricos solos, água e pastagens em abundância e por possuir rio navegável, o Rio Paraguai. A Vila seria então uma porta de navegação com o Estado de São Paulo, o que contribuiria para o seu progresso. Nessa região, havia grandes fazendas e engenhos que contribuíam para o fortalecimento econômico da Vila, como a fazenda *Jacobina* que se tornou uma das maiores fazendas da Província do século XIX e se constituía como lugar de referência para os viajantes que transitavam entre Cuiabá e Vila Bela.

A ata de fundação de Vila Maria do Paraguay foi lavrada pelo tenente de Dragões Antônio Pinto Rego e Carvalho, por determinação do quarto governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Nesse documento, estabelece-se o plano urbano inicial, como a estruturação e o arruamento do espaço urbano.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1778, aos 6 dias do mez de outubro do dito anno, n'este districto do rio Paraguai e margem oriental d'elle, no lugar onde presentemente se dirige a estrada que se seguia à Cuyabá desde Villa Bella, sendo presente o Tenente de Dragões Antonio Pinto do Rego e Carvalho, por elle foi dito que tinha passado a este dito lugar por ordem do Ilmo. E Exm. Snr. Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General desta Capitania de Mato Grosso, para com effeito fundar, erigir e consolidar uma povoação civilizada, aonde se congregassem todo o maior número de moradores possível, compreendidos todos os casaes de índios castelhanos aproximadamente desertados para estes Domínios Portuguezes da província de Chiquitos, que fazem o número de 78 indivíduos de ambos os sexos, a que juntando-se todo o outro número das mais pessoas congregadas para o dito fim faz o total de 161 indivíduos de ambos os sexos; cuja povoação, segundo as ordens do dito, se denominará de hoje em diante, em obsequio do real nome de Sua Majestade – Villa Maria do Paraguay, - esperando-se que de semelhante estabelecimento haja de resultar grande utilidade ao real serviço e commodidade publica; e porque supposto o plano do

⁹ In: Revista *Cáceres Bicentenária*, 1978, p. 4.

terreno para a dita Villa se acha com alguma disposição para continuar a fundar-se com regularidade; com tudo, como alguns dos alinhamentos não estão conformes ao projecto da boa policia, como deveria ser, determinou elle, dito Tenente, a todos os moradores, em nome de S. Ex., que deixando de fazer mais algum beneficio a varias cabanas existentes, só nellas assistem em quanto se fabricavam casas no **novo arruamento**, que lhe fica prescrito e balisado por elle, Tenente, com marcos sólidos de pão de lei, sendo obrigados a não excederem nem diminuírem a dita construção na altura de 14 palmos de pé direito na frente de todas as casa as que se levantarem e 24 palmos de altura no cume; outrossim, determinou que precisamente chamariam para regular os ditos pés direitos ao carpinteiro João Martins Dias, e na falta deste outro algum inteligente no officio, afim de conservar sem discrepância, segundo o risco, **a largura de 60 palmos de ruas** que estão assignadas por elle, dito Tenente; cujas actualmente demarcadas e abalisadas terão os seguintes nome, a saber: a primeira, contando do norte, rua d'Álbuquerque, a immediata, para o sul, **rua de Mello**, as quais ambas vão desembocar na praça e cada uma dellas faz face a mesma do norte e do sul, assim como também as travessas de 30 palmos, que dividem os quartéis das ditas **ruas**, e se denominarão estas **travessas**, a primeira, contando do poente para o nascente, travessa do Pinto, e a que se segue, contando também para o nascente **travessa do Rego**, e no **alto da praça** da mesma banda do nascente cuja frente fica riscada entre as ruas e travessas ditas com 360 palmos cujo número tem também as mais **quadras**, poderão os moradores erigir a sua **igreja** por ficar a porta principal della para o poente, como o determinam os rituaes; e o mais terreno desta frente da praça por agora se não occuparia em **casas**, deixando-o livre para as do conselho e cadeia quando se deverem fabricar. Cada morada dos ditos povoadores não terá mais de 100 palmos de comprimento para quintal, que lhes ficam determinados para o centro de cada um dos quartéis. O que tudo assim executado pelo dito Tenente de Dragões na presença de todos os moradores, mandou a mim, Domingos Ferreira da Costa, Fiel d'este registro, que serviu de escrivão, fizesse esse termo para constar do referido, o qual assignou com as testemunhas seguintes: Leonardo Soares de Souza, Homem de negócio; Ignácio de Almeida Lara; João Marques D'avilla; Ignácio José Pinto, soldado de Dragões; e Antonio Pereira de Mattos; Antonio da Costa Rodrigues Braga; José Francisco; Agostinho Fernandes; Antonio Xavier de Moura; Antonio Teixeira Coelho. E, eu Domingos Ferreira da Costa, Fiel d'este registro, que o escrevi. – O Tenente de Dragões, Comandante Antonio Pinto do Rego e Carvalho; Leonardo Soares de Souza; Ignácio de Almeida Lara; João Marques d'Avilla; Ignácio José Pinto; Manoel Gonçalves Ferreira; Antonio Pereira de Matos; José Francisco; Antonio da Costa Rodrigues Braga; Agostinho Fernandes; Antonio Xavier de Moura; Antonio Teixeira Coelho

Diferente da ata fundacional de Cuiabá que não diz sobre a espacialidade do Arraial, na enunciação dessa ata, “a lente do colonizador português vai compondo e demarcando os espaços da Villa, a partir do memorável das Leis das Índias que regulamentavam a fundação das cidades portuguesas e espanholas na América” (ZATTAR, 2008, p. 4).

Segundo Rolnik (1995, p. 59), o planejamento urbano é uma possibilidade de o Estado poder controlar a cidade, através do esquadramento e domínio de seus espaços. E para nós esses espaços não são tomados apenas como território, mas como “espaços históricos e simbólicos, espaços de significação, espaço institucionalizado, nomeado pelo poder do Estado”. Para Orlandi (2011, p.20), “espaços que são gerenciados e significam pela relação com o poder, são espaços políticos”. O modo de dizer do Estado é representado na ata de fundação produzindo o efeito que institucionaliza a região como parte do território do Estado português. Esse movimento pode ser observado na composição do nome da vila, ao nomeá-la de Vila Maria, o locutor traz como memorável o nome da Rainha de Portugal e essa nomeação identifica o território como domínio português.

Em 1874, a Vila Maria do Paraguay é elevada à categoria de cidade com o nome de São Luiz de Cáceres, em homenagem ao padroeiro e ao fundador da cidade, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, e a partir de 1938, passou a se chamar apenas Cáceres.

Passando um longo tempo isolada dos grandes centros, a partir de 1950 ocorreram mudanças significativas na cidade de Cáceres. No início dos anos 60, foi construída a ponte Marechal Rondon sobre o rio Paraguai, que simboliza a incursão de migrantes de diversas regiões do país em direção ao sudoeste do Estado. Dado o desenvolvimento da região, surgiram muitos povoados e glebas que se instalaram nas terras pertencentes ao município de Cáceres, inicialmente denominadas de Mirassol D'Oeste, Rio Branco, Porto Esperidião, Figueirópolis D'Oeste, Salto do Céu e Jauru, e que mais tarde deram origem às novas cidades.

1.5 Marcha para o Oeste: Políticas de Integração de Terras

Para compreender a migração dos bandeirantes do século XX para o estado de Mato Grosso e, principalmente para o território de Cáceres, é preciso retornar aos anos 40 do século XX, momento em que se dá a marcha intensificada de migrantes para o Centro-Oeste do Brasil, como um dos efeitos das políticas de integração do Governo federal, e que passamos a apresentar.

Após o intenso movimento dos bandeirantes pelo interior do Brasil, boa parte do território ainda encontrava-se desocupada, e a ideia de ligar o interior a grandes centros urbanos começa a ser construída na Primeira República, e recebe grande impulso no governo de Getúlio Vargas (1937-1945), com a formulação de programas de colonização de terras em todo o país.

O primeiro programa de colonização de terras no Centro-Oeste brasileiro foi chamado de *Marcha para Oeste* que, implementado a partir de 1937, propunha explorar áreas pouco povoadas e desenvolvidas em relação às demais regiões brasileiras. Para o governo Vargas, um dos caminhos para o progresso nacional estaria na ocupação e integração das várias regiões do interior do país, bem como a exploração de suas riquezas, integração não apenas territorial, mas racial, cultural e política.

A Expedição Roncador-Xingu, criada em 1943, com o objetivo de desencadear um novo movimento colonizador, saía de São Paulo e adentrava os territórios mato-grossense e amazônico. Em Barra Goiana, cidade composta especificamente por nordestinos, que viviam do garimpo de diamantes, foi fixada a primeira base, de onde iniciaram as explorações em Mato Grosso.

Em 8 de setembro de 1943, foi criada a Fundação Brasil Central, instituição incorporada à Expedição Roncador-Xingu, que tinha por finalidade empreender a Marcha para o Oeste brasileiro, através de um processo de reconhecimento e também de povoamento da região, possibilitando condições para que os migrantes adentrassem e se fixassem nesses territórios.

A abertura de uma nova fronteira atraía muitos empresários desejosos de adquirir, a baixos preços, terras em Mato Grosso. Segundo Guimarães Neto (2002, p. 84),

Os empresários paulistas e o capital estrangeiro foram, efetivamente os eleitos pelo regime militar para reencarnar o autêntico *espírito bandeirante*, conhecedor e explorador dos sertões, com o fim de levar adiante os projetos de colonização privada.

Além da Marcha para o Oeste, novas políticas de colonização de terras no interior do Estado de Mato Grosso, como terras devolutas e de grandes espaços vazios, foram implementadas a partir de 1960, com o desbravamento e a ocupação por migrantes vindos de vários estados brasileiros, principalmente do interior de São Paulo. A figura do bandeirante paulista caracterizou a colonização de várias regiões de Mato Grosso, fortemente marcada na região da Grande Cáceres.

Segundo Heinst (2007, p. 1), o governo apresentava Mato Grosso como uma “enorme mancha de terra fértil a espera de mãos ávidas por trabalho e prosperidade. A intenção era despertar o interesse naqueles que tinham uma relação forte com a terra”. O migrante paulista era visto como alguém que possuía o “dom” do progresso, do trabalho, da capacidade, e esses dons serviam como argumento para o governo trazê-los para Mato Grosso. A autora cita ainda uma matéria do jornal *O Estado de Mato Grosso*, em que o então governador do Estado de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa, faz um apelo aos paulistas, conforme o trecho a seguir:

[...] Nós aguardamos os dias de hoje e estamos felizes por esta quase obstinação, porque hoje nós já sentimos que os **paulistas** vão pular o Rio Paraná, com a sua **experiência**, com o seu **patriotismo**, com o seu **dinheiro**, com o seu poder econômico, que sem isso não há civilização possível. E lá nós estamos, **paulistas**, e digo **em nome de todos os matogrossenses**, e hoje **paulistano** também, **aguardando de braços abertos a ajuda de vocês. Venham nos ajudar a desbravar** a maior gleba preparada para receber uma civilização pujante, que é Mato Grosso. **Venham povoar o**

pantanal, que é a maior reserva criatória de gado do mundo. **Venham plantar** nas nossas florestas. Venham trazer a Sorocabana até Dourados. **Venham explorar**, para riqueza vossa e nosso conforto, aquela mata de mais de um milhão de hectares de terras de primeira ordem, de terra roxa, igual a do Norte do Paraná, pois que a terra de Dourados não é mais que a continuação da terra do Norte do Paraná (...) **venham para Cuiabá**, e vamos conquistar a Amazônia através do Mato Grosso. Confesso-me sumamente honrado. Agradeço, comovidamente, a homenagem que recebi nesta Casa e que levarei para todos os matogrossenses. Repito o meu apelo: **venham, paulistas**, ajudar no desenvolvimento de Mato Grosso¹⁰.

Nesse pronunciamento, chama a atenção o apelo do Governador aos paulistas para desbravar/transformar Mato Grosso por um memorável que os faz significar como:

a) experientes, patriotas, possuidores de recursos financeiros e poder econômico, qualidades consideradas pelo Governador como essenciais para a civilização – “com a sua experiência, com o seu patriotismo, com o seu dinheiro, com o seu poder econômico, que sem isso não há civilização possível”;

b) colaboradores, povoadores, plantadores e exploradores - “Venham nos ajudar”; “Venham povoar o pantanal”; “Venham plantar”; “Venham explorar”; “venham para Cuiabá”.

E no final, a repetição do apelo: “Repito o meu apelo: venham, paulistas, ajudar no desenvolvimento de Mato Grosso”.

Ao mesmo tempo esse apelo aponta para a futuridade a partilha na ocupação das terras entre paulistas e mato-grossenses e para a formação da identidade de novos povos: “vamos conquistar a Amazônia através do Mato Grosso”.

Observamos que os projetos do governo para povoar Mato Grosso passam por programas de desbravamento, ocupação e colonização e também por apelos do

¹⁰ *O Estado de Mato Grosso: Cuiabá*, Jornal, 24 de fevereiro de 1963, nº 4.236, p. 01. In: HEINST, Andreia de Cássia. *Mato Grosso – entre relatos de memória sobre a ocupação recente e a instituição da memória vencedora*. Revista Histórica, SP, 2007.

Governo aos paulistas que detinham o poder e tinham interesse pela exploração das riquezas minerais e expansão das fronteiras agrícolas entre outros.

A política agrária no Centro-Oeste brasileiro passou por diversos estágios, como a criação de leis que oportunizou a legalização da propriedade de terras e intensificou o processo migratório para as diferentes regiões do estado de Mato Grosso. Segundo Moreno (1999, p. 2), a legislação fundiária do Mato Grosso, assim como dos demais estados do Brasil, foi estruturada conforme a Lei Imperial de Terras de 1850 e de seu Regulamento de 1854. Esses documentos reconheciam o pleno direito de propriedade sobre as terras devolutas situadas no Estado e decretavam a aquisição mediante título oneroso. No entanto, a lei adaptava-se aos interesses dos proprietários que obtinham reconhecimentos de suas sesmarias sem o preenchimento dos requisitos legais para a posse, desde que as terras estivessem ocupadas e cultivadas. Com a proclamação da República e a Constituição de 1891, as terras devolutas passaram ao domínio das Unidades Federativas, sendo que, a cada Estado, coube a responsabilidade pelas terras pertencentes ao seu território.

A primeira lei de terras mato-grossenses criou a Diretoria de Obras Públicas, Terras, Minas e Colonização, instituição estadual responsável pela questão de terras. Segue essa lei, a de nº. 20, que regulamentava a transformação das antigas cartas de sesmarias em títulos de propriedade de terra. De acordo com Siqueira (2002, p. 228), “seriam consideradas passíveis de legitimação as sesmarias nas quais estivessem edificadas casas, engenhos e que houvessem, comprovadamente criação de gado e lavoura”. Caso não atendessem a essas condições, as terras seriam devolvidas para o Estado de Mato Grosso.

Para Moreno (1999, p. 6), a “política de concessão gratuita de terras a colonos nacionais e estrangeiros, era uma estratégia para defender as terras desocupadas, mas já sob o domínio particular, principalmente no sul do Estado, atual Mato Grosso do Sul”, concessão que retoma o memorável da Lei Imperial de 1850 que autorizava o governo a promover a colonização dessas terras pelo processo de migração para as terras mato-grossenses.

Segundo Siqueira (2002, p.232), o primeiro Código de Terras de Mato Grosso foi promulgado em 6 de dezembro de 1949, através da Lei n. 336, no entanto, esse código foi modificado em 1951, no governo de Fernando Corrêa da Costa, dando origem ao surgimento de empresas particulares de colonização.

Em 1953, foi criada a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia), instituição que contribuiu para aumentar os interesses pelas terras mato-grossenses, uma vez que objetivava a apropriação dos recursos naturais da chamada Amazônia Legal, tanto no que diz respeito às riquezas minerais como às vegetais.

Entre os anos de 1956 e 1960, no governo de Juscelino Kubitschek, a venda incontrolada de terras foi intensificada a partir da filosofia do estímulo à industrialização nacional através das substituições das importações. Mato Grosso participava desse processo através das rodovias que foram abertas para que se escoasse a produção vinda do sudeste, e também como fornecedor de matérias-primas. Esses fatores promoveram o movimento espontâneo de migrantes para o Estado, que também vinham em busca de novas oportunidades de emprego.

Em 30 de abril de 1970 foi instituída, através do Decreto nº 1.138, a CODEMAT (Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso), com a finalidade de legitimar a propriedade das terras no Estado. Em 1972, o governo mato-grossense criou a Comissão Especial de Terras, subordinada à Secretaria de Agricultura, com a missão de organizar e sistematizar os documentos relativos às propriedades de terra e às terras da União, e o Departamento de Geografia e Geologia, responsável pela formulação de políticas agrárias, pela colonização e cadastramento das posses.

O governo lançou ainda vários programas com finalidades de estimular a colonização de terras. E para dar conta da regulamentação das terras, criou ainda o INTERMAT (Instituto de Terras de Mato Grosso) que, instituído pela Lei de n.º 3.681, de 28 de novembro de 1975, foi o responsável pelas primeiras autorizações de posse de terras devolutas na região de Cáceres, inicialmente entregues às famílias da gleba Mirassol, fundada em 28 de outubro de 1964.

1.6 Marcha para o Sudoeste de Mato Grosso: Criação e Colonização das Primeiras Cidades da Região da Grande Cáceres

A colonização arcaica realizada no passado pelos índios, portugueses e escravos, foi substituída pelo prévio planejamento dos migrantes paulistas, mineiros, gaúchos, capixabas e outros que para aqui vieram, viram e resolveram ficar.

(Revista Cáceres Bicentenária, 1978).

A partir do ano de 1960, o estado de Mato Grosso assiste a um segundo momento da Marcha para o Oeste, o surgimento de novas políticas de colonização de terra motivou outro movimento que estamos denominando de “Marcha para o Sudoeste”, que se caracteriza pela intensa movimentação de migrantes para as terras ao sudoeste do Estado.

Com o advento das rodovias, depois de um período de declínio que durou 30 anos, o município de Cáceres começa a chamar a atenção dos migrantes paulistas, mineiros, capixabas, etc., que passam a povoar o interior atraídos pela fertilidade do solo, próprio para a prática agrícola e exploração da pecuária. Outro fator que também os atraía era a facilidade de aquisição de terras devolutas que, vendidas posteriormente, possibilitavam a fixação do homem a terra, fazendo surgir núcleos agrícolas, povoados e cidades através dos vales dos rios Sepotuba, Branco, Cabaçal e Jauru, estabelecendo os limites da “Nova Cáceres” e o início da fase mais acentuada da indústria agropastoril, principal alicerce da economia do município.

Aos poucos a colonização da área que antes fora realizada por índios na fronteira com a Bolívia, por portugueses e escravos, começa a ser refeita pelos novos bandeirantes que redescobriram Mato Grosso. A construção da ponte Marechal Rondon sobre o rio Paraguai e da ponte construída sobre o rio Cabaçal foi

determinante para o movimento da “Marcha para o Sudoeste”.

Os benefícios do progresso que chegavam até então ao município de Cáceres atraíam cada vez mais pessoas fazendo crescer a sua população, e um dos efeitos desse crescimento demográfico foi o surgimento de núcleos urbanos, vilas, glebas e distritos. A primeira Gleba que se tem registro é a de Mirassol D'Oeste, fundada em 28 de outubro de 1964, colonizada por migrantes paulistas que tiveram acesso às terras devolutas no território mato-grossense, especificamente no município de Cáceres-MT; o surgimento desse novo espaço institui uma nova história da constituição de identidade do povo no solo de Mato Grosso e faz surgir novas relações entre povo e Estado.

A partir da criação de novos municípios, a cidade de Cáceres, juntamente com os novos núcleos habitacionais, era chamada então de Região da Grande Cáceres, e funcionou como polo aglutinador de povos, costumes e culturas diferentes até a emancipação política desses novos núcleos.

1.7 Algumas Considerações

Nesse percurso histórico constituído por sujeitos em determinadas condições sociais e históricas, observamos dois movimentos de ocupação distintos. No século XIX, palco do primeiro momento, o bandeirante paulista atraído pelas riquezas auríferas localizadas no interior do Brasil, conquistava, explorava e colonizava as terras para a Coroa portuguesa, expandindo o domínio, cuja marca de propriedade se materializava nos registros dos nomes das localidades nas atas.

Na performatividade da ata de Cuiabá temos a figura enunciativa do bandeirante Paschoal Moreira Cabral que, juntamente com os seus companheiros, “lhes requereu a elles este termo de certidão para noticia do descobrimento novo”. Nesse texto, o lugar da autoridade que requer é do bandeirante, e o lugar do responsável pelo registro da ata é do “escrivão deste arraial”, ou seja, a posição enunciativa do bandeirante no texto da ata faz registrar o acontecimento do achado

do ouro. Temos então duas posições: a da autoridade requerente e a do escrivão que registra o acontecimento no qual se inscrevem os sujeitos exploradores do ouro da época.

Na fundação de Vila Bela, temos a presença de bandeirantes mineiros que, por determinação imperial – instruções e orientações dadas ao capitão-general Dom Antônio Rolim de Moura – , construíram e fortificaram a capital da província de Mato Grosso às margens do rio Guaporé, o acontecimento é registrado na ata de fundação e funciona como um documento que oficializa as determinações da majestade.

Na ata de Cáceres, temos a figura de um Alocutário (Tenente de Dragões Antonio Pinto do Rego e Carvalho) que, por ordem do “Governador e Capitão General desta Capitania de Mato Grosso”, “funda, erige e consolida uma povoação civilizada”, para servir de entreposto no caminho entre Cuiabá e Vila Bela. O lugar do Governador da capitania de Mato Grosso na performatividade do texto da ata é o de quem ordena, e o lugar do co-fundador é daquele que cumpre as determinações de seu superior. Nessa relação de posições enunciativas, a autoridade não está dada *a priori*, mas construída sócio-historicamente no texto em que esses sujeitos se inscrevem.

Nesses gestos de ocupação e nomeação das terras, a presença da Corte é determinante para a expansão de seus domínios. Temos, assim, uma cidade fundada para exploração de ouro, Cuiabá, mais tarde a segunda capital de Mato Grosso; uma cidade planejada para se transformar na primeira capital de Mato Grosso, Vila Bela; e uma cidade, que servindo de entreposto fiscal às duas cidades, foi fundada pelas características naturais, Cáceres.

No século XX, os programas e as políticas de integração constroem uma nova forma de acesso a terra, como resultado da temporalidade em que se deram esses acontecimentos. Assim, temos o locutor-migrante que, afetado pelas propagandas, programas de desenvolvimento de terras inexploradas e apelos do governo mato-grossense, chegava ao sudoeste de Mato Grosso para desbravar e colonizar terras pertencentes ao governo, mas que para ser reconhecido como

“dono” precisava se adequar às normatizações vigentes, através da compra ou doação dos títulos de posse.

No segundo movimento, observamos que além de ocupar as terras “inabitadas” e promover a integração social entre os povos dos grandes centros e do interior, o movimento faz surgir as primeiras vilas, distritos e cidades que formaram, no século XX, a região da chamada Grande Cáceres, e os novos bandeirantes passam a escrever uma nova história para essa região, aglutinando novos povos, costumes e culturas e a construção de uma nova identidade e pertencimento da população a esses novos territórios, localizados ao sudoeste do Estado. Nesses gestos de ocupação e nomeação das terras, a presença do Estado é determinante para a povoação e transformação do estado de Mato Grosso.

CAPÍTULO II

DO FORMALISMO AO ACONTECIMENTO: UM ESTUDO DO NOME PRÓPRIO

Não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constitutiva do sentido do texto.

(Guimarães, 2002, p.7)

Tratando-se de um estudo sobre a linguagem, mais especificamente sobre os nomes próprios atribuídos às cidades que compõem a Região de Cáceres, adotaremos nesta pesquisa os construtos teóricos da Semântica do Acontecimento, de Eduardo Guimarães (2005), disciplina que compreende a significação ao mesmo tempo como histórica, linguística e relativa ao sujeito que enuncia, e concebe a linguagem falando de algo e de uma semântica que leva em conta o que se diz, ou seja, é impossível conceber a enunciação sem a materialidade da língua, a historicidade e o sujeito instituído na/pela linguagem.

Nessa linha adotamos a concepção de linguagem formulada por Guimarães (2002, p. 17) que diz:

[...] ela é um fenômeno histórico que funciona segundo um conjunto de regularidades, socialmente construídas, que se cruzam e podem ir permitindo mudanças nos fatos sem que isso possa ser visto como desvio ou quebra de uma regra.

Em *Semântica do Acontecimento* (Idem), Guimarães redefine o campo da enunciação, introduzindo a questão do real e da temporalidade, e conceitua a designação e a nomeação de nomes próprios de pessoas e nomes comuns. Para se inscrever nessa posição, Guimarães (Ibidem) filia-se à Teoria da Enunciação de

Benveniste (1970) que, em o *Aparelho Formal da Enunciação*, traz a noção de que a língua é posta em funcionamento por um locutor; e à Teoria Polifônica da Enunciação de Ducrot (1984), que procura mostrar a pluralidade enunciativa no acontecimento do dizer, ou seja, a presença de várias vozes na enunciação, definindo ainda o conceito de enunciação como um acontecimento histórico.

Para o objeto que pretendemos analisar, estas concepções nos serão caras, pois todo movimento histórico se constitui por um dizer, e o ato de nomear algo é estar nesse lugar do dizer, é estar agenciado enunciativamente a nomear de uma forma e não de outra.

Para tanto, faremos um recuo nos estudos dos nomes próprios para observar como essa questão foi tratada na filosofia da linguagem ao longo do tempo, a partir dos estudos de Frege (1892) sobre *sentido e referência*, passando pelos estudos de Searle (1958) em *Proper Names*, até chegarmos aos estudos de nomes próprios desenvolvidos por Eduardo Guimarães (2002, 2005).

2.1 Gottlob Frege /John R. Searle

Segundo Guimarães (2005, p. 27), o filósofo Frege teve grande influência nos estudos sobre a significação, especificamente na distinção entre *sentido e referência*. O ponto chave para que Frege fizesse essa distinção foi a questão da identidade:

Diante de duas igualdades $a=a$ e $a=b$, ele considera que é necessário tratar a igualdade como uma relação entre os sinais a e b e não entre os objetos designados por a e b . Se se considerasse a igualdade entre os objetos, então $a=b$ não seria, em nada diferente de $a=a$. Por outro lado a relação entre os sinais não pode, simplesmente, ser considerada na medida em que designam alguma coisa. Pois neste caso se $a=b$ é verdadeiro então $a=a$ corresponde a $a=b$ e nada se ganha em conhecimento. (Idem)

Para que se possa falar de igualdade é preciso considerar as diferenças entre as relações de identidade. Para Frege há uma importância na distinção entre a representação, o sentido e a referência, em que a representação de um objeto é de caráter subjetivo, psicológico e não interessa para os seus estudos, ao passo que sentido e referência são objetivos, sendo a referência um objeto perceptível e o sentido o modo de apresentar a referência.

Frege ainda introduziu na filosofia da linguagem contemporânea a noção de pressuposto, em que cita como exemplo a sentença “Aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria”, devendo considerar a oração subordinada “que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias”. Nesse caso, temos alguém que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias. Com essa sentença, Frege quer mostrar que um pressuposto é uma condição para a asserção da sentença, se negarmos essa sentença a negação cai sobre a oração principal, e em todos os casos continua sendo dito que alguém descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias.

Guimarães (2005, p. 28) diz que a subordinada não tem sentido e nem referência e é diferente do valor de verdade da sentença, sua referência será Kepler. Este fora da sentença nos demonstra que poderia haver outras referências para Kepler, como Johannes Kleper, astrônomo, matemático, astrólogo, etc. Mas Frege não aborda a questão da renomeação, seu estudo é voltado para a distinção entre *sentido* e *referência*, considerando que o nome próprio tem sentido e diferentes modos de apresentar o objeto ao qual o nome se refere.

Para contrapor à posição de Frege, pesquisamos Searle que desenvolve estudos sobre nome próprio em seu artigo intitulado *Proper names* de 1958, em que desenvolve uma reflexão sobre o modo como os nomes próprios referem. Searle questiona se os nomes próprios têm sentido e o mesmo ao longo do estudo responde que sim e não.

Para Searle (1958, p.173), a resposta é “não” se a pergunta quer saber se os

nomes próprios são usados para descrever ou especificar características dos objetos a que eles se referem. A resposta é “sim, de uma maneira um tanto frouxa”, se essa pergunta quer saber se os nomes próprios estão logicamente conectados com características dos objetos a que eles referem.

Observamos que os estudos dos nomes próprios ao longo do tempo adotaram uma posição formalista ou intencionalista. Em Frege temos na referência uma relação da língua com o objeto e seu valor de verdade, sua existência ou não no mundo. Já para Searle (1958), o objetivo era examinar a conexão entre os nomes próprios e seus referentes e mostrar em que sentido um nome próprio tem sentido.

Se fossemos adotar essas posições teóricas em nosso trabalho, as análises seriam limitadas, pois sendo o nosso objeto os nomes de cidades, teríamos apenas palavras com sentidos únicos para referenciar algo no mundo.

Diferentemente dessas concepções, a Semântica do Acontecimento toma a linguagem exposta à exterioridade, aos fatores exteriores à estrutura da língua (o sujeito, o mundo e a história). A nossa posição, enquanto semanticista, é conceber as análises compreendendo os nomes das cidades por meio de uma construção linguística de enunciações que significam dada uma memória, que convive com um presente e projeta sentidos de futuridade.

A seguir apresentaremos os pressupostos teóricos da disciplina e as noções que tornam a Semântica do Acontecimento inovadora em relação aos demais estudos da enunciação.

2.2 Semântica do Acontecimento: O Conceito

Ao questionar o funcionamento da língua por um locutor uno, Guimarães (2005) toma dois elementos decisivos para a conceituação do acontecimento de linguagem, que são a língua e o sujeito, por se constituírem no funcionamento da língua. Nessa construção teórica, o autor (Idem) define a enunciação como um

acontecimento que se constitui pela relação do sujeito com a língua. O acontecimento não é um fato no tempo, mas é caracterizado como aquilo que ele temporaliza e instala sua própria temporalidade. Ao fazer essas afirmações, Guimarães diverge da posição benvenistiana, segundo a qual o tempo da enunciação é um tempo cronológico.

Diferentemente dessa posição, Guimarães diz que o que temporaliza o acontecimento de linguagem não é o sujeito, mas o próprio acontecimento. O autor considera ainda, além do sujeito e da língua, outros dois elementos: a temporalidade e o real, a que o dizer se expõe ao ser falado dele. O real é visto nesse sentido como a materialidade histórica.

Sobre a temporalidade do acontecimento, Guimarães (idem) diz que ela constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. Sem essa relação, o autor diz que não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação.

Para o autor (2005, p. 14),

Esta tomada de posição teórica dá um sentido bem específico e forte à consideração de que o acontecimento de linguagem não se dá no tempo, nem no tempo do locutor, mas é um acontecimento que temporaliza: uma temporalidade em que o passado não é um antes mas um memorável recortado pelo próprio acontecimento que tem também o futuro como uma latência de futuro.

O sujeito aqui enuncia afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar, e enunciar, para Guimarães, é estar nesta memória, portanto não é estar no tempo. Para o autor, é um desafio poder descrever como se dá o acontecimento de linguagem e como ele se constitui, e para isso desenvolve os conceitos de espaço de enunciação e de cena enunciativa que serão tratados a seguir.

2.3 Espaço de Enunciação e Cena Enunciativa

Os espaços de enunciação são “espaço de funcionamento de línguas, que dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante” (GUIMARÃES, 2005, p. 18). Esses espaços são regulados e constituídos pela equivocidade própria do acontecimento, pois há no espaço de língua portuguesa o atravessamento de outras línguas que dividem este mesmo espaço. Nesse viés, falar Português é estar afetado por estas divisões que caracterizam o espaço de enunciação da Língua Portuguesa, espaço constituído de línguas e falantes, em que a Língua Portuguesa convive com a Língua oficial, línguas nacionais, língua franca, língua materna, língua de fronteira e estrangeira, destacando-se a língua inglesa. Nesse sentido, a enunciação se dá por agenciamento específico da língua onde línguas e falantes são tomados por agenciamentos enunciativos configurados politicamente.

A cena enunciativa, segundo Guimarães (2005, p. 23), “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dado as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”. Essas cenas são constituídas não por quem diz, mas pelos lugares de dizer, ou seja, a temporalidade específica do acontecimento é fundamento na cena enunciativa.

2.4 As Figuras da Enunciação

Colocar-se no lugar de quem enuncia é assumir a palavra, esse lugar é colocado na Semântica do Acontecimento como o lugar do Locutor (com L maiúsculo) ou podendo ser representado apenas por L, lugar que se representa no próprio dizer como origem deste dizer. A cena enunciativa, segundo Guimarães (Idem), se dá pelo agenciamento das figuras enunciativas configuradas no espaço

político, compreendendo, o Locutor, o locutor-x, o alocutário, o alocutário-x e o enunciador.

Para o Locutor enunciar, ele precisa estar predicado por um lugar social de locutor, lugar que é representado como locutor-x, em que a variável x representa o lugar social do locutor, pois quem enuncia ocupa um lugar social, por exemplo, locutor-bandeirante, locutor-escrivão, locutor-migrante etc.

Temos ainda na cena enunciativa o lugar de enunciador, que Guimarães (2005, p.25) define como “o lugar de dizer simplesmente”; o enunciador pode ser, individual, genérico, coletivo e universal, cujos lugares de dizer apagam o lugar social do locutor (locutor-x).

Para o autor (idem), temos um enunciador-individual, quando em uma enunciação não há um lugar social no dizer e ele é representado como independente da história. Ex.: “Eu era um dos boiadeiros”. O *eu* é dado como a origem do *ser*, ao passo que a forma *era* é a marca da representação da origem e representa o seu passado como o tempo do dizer.

Outra figura enunciativa apresentada por Guimarães é o enunciador-coletivo, que possui o mesmo estatuto do enunciador-individual, no entanto, ao invés de se marcar pela individualidade, se marca em sua coletividade. Ex.: “Aos oito dias do mez de Abril de mil setecentos e dezenove annos, neste Arraial do Cuyabá fez junta o capitão-mór Paschoal Moreira Cabral com os seus companheiros e lhes requereu a elles este termo de certidão para noticia do descobrimento novo.” Temos nesse enunciado da Ata de fundação de Cuiabá a figura enunciativa do locutor-bandeirante que ocupa o lugar de dizer do enunciador-coletivo como em “Paschoal Moreira Cabral com os seus companheiros requereu a elles este termo”, como porta-voz de um grupo e assume a posição do bandeirante que faz registrar o acontecimento do achado.

Também temos a figura do enunciador-genérico, quando o enunciador se mostra dizendo o que todos dizem, é o caso dos ditos populares. Ex.: “O peixe, morre pela boca”. O Locutor também simula ser a origem do que se diz, mas não

enuncia de um lugar individual e sim de um lugar genérico, dizendo a partir da repetição do dito popular.

O enunciador-universal é aquele que diz algo verdadeiro em virtude da relação dos fatos, ele não apenas se coloca como fora da história, como se coloca acima dela. O lugar do enunciador-universal é próprio do discurso científico, mas não é necessariamente exclusivo dele. Ex.: “Venham povoar o pantanal, que é a maior reserva criatória de gado do mundo”. Ao afirmar que o pantanal é a maior reserva criatória de gado do mundo, o Locutor fala do lugar do enunciador-universal, pois este é o lugar do qual se diz sobre o “mundo” e a afirmação é tida como verdadeira em relação aos fatos.

Nesse sentido, percebemos que o Locutor se divide no acontecimento, pois segundo Guimarães (2005, p. 14), “enunciar enquanto sujeito no acontecimento é falar de uma posição de sujeito”, ou seja, é estar afetado simbolicamente pelo político que lhe permite enunciar de certos lugares e ter certos interlocutores e não outros.

2.5 Nomeação, Designação e Referência

Guimarães (2005, p. 9) diz que o centro de seu interesse, no livro *Semântica do Acontecimento*, é o estudo do funcionamento dos nomes e da designação. Para o autor (idem), torna-se necessário distinguir os conceitos de nomeação, designação e referência, que são um conjunto de palavras muitas vezes usadas umas pelas outras, ou distinguidas de modos diferentes, dependendo da posição do sujeito na enunciação em que se inscreve.

A *nomeação* é o “funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”. (Ibidem, p. 09). O ato de nomear se dá de uma forma entre tantas outras possibilidades de uma língua. Esse modo e não outro de nomear é marcado pela distinção que significa no próprio ato e no nome que nomeia. Dar nome é dar

identidade a algo, portanto, é constituir a própria existência histórica daquilo que se nomeou, é fazer algo existir pelo simbólico.

A *designação* de um nome é a sua significação enquanto uma relação deste nome com outros e com o mundo recortado historicamente pelo nome, é o modo pelo qual o real é significado na linguagem, que é produzida no acontecimento pelo processo enunciativo. É importante destacar o fato de que sob o efeito da estabilidade, a designação de um nome se apresenta como se fosse una e estável, mas o que um nome designa é uma construção de sentido, produzido na relação entre elementos linguísticos no acontecimento enunciativo.

Sobre a *referência*, Guimarães (2005) diz que ela resulta do sentido do nome constituído por seu funcionamento no acontecimento enunciativo, pois quando um nome próprio funciona, ele recorta um memorável que, enquanto passado próprio da temporalidade do acontecimento, relaciona um nome a uma pessoa. Não é um sujeito que nomeia ou refere, nem a expressão, mas o acontecimento, porque ele constitui seu próprio passado.

2.6 Identidades no Sudoeste de Mato Grosso

Analisar o movimento de semantização dos nomes das novas territorialidades que surgem a partir dos anos 70 do século XX, na região sudoeste do estado de Mato Grosso, é compreender que o processo de nomeação funciona determinado sócio-historicamente produzindo também sentidos de identidade para essas novas cidades e seus habitantes. Para falar sobre a questão da constituição da identidade, tomamos a definição formulada por Orlandi (2002, p. 216) que diz: “a identidade é um movimento na história”.

Para contextualizar o estudo sobre a constituição da identidade, Orlandi (2011, p. 8) diz que a construção social da identidade se produz em uma relação de poder e pela ideologia, e cita os estudos do sociólogo Castells (1997), que enfatiza

o papel dos movimentos sociais na transformação conflitiva da paisagem urbana. Para Castells *apud* Orlandi (2011), a identidade se produz em um contexto marcado por relações de força, distinguindo três formas de identidade: *a identidade legitimante*, *a identidade resistência* e *a identidade projeto*:

A identidade legitimante é introduzida pelas instituições dirigentes da sociedade a fim de estender e racionalizar sua dominação sobre os atores sociais. Esta ideia está no centro da análise da autoridade e da dominação em Sennet, mas também diversas teorias do nacionalismos. *A identidade resistência* é produzida por atores que se encontram em posições ou condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica dominante: para resistir e sobreviver, eles fazem, eles fazem barricadas na base de princípios estranhos ou contrários aos que impregnam as instituições da sociedade. É assim que Calhoun explica a emergência da política identitária. *A identidade projeto* aparece quando os atores sociais, na base do material cultural de que dispõem, qualquer que seja, constroem um identidade nova que redefine suas posições na sociedade e, por aí mesmo, se propõem transformar o conjunto da estrutura social. É o que se passa por exemplo, quando o feminismo sai de uma simples defesa da identidade e dos direitos da mulher para à ofensiva, colocar em causa o patriarcado, logo a família patriarcal, todas as estruturas de produção e reprodução, da sexualidade e da personalidade, sobre as quais as sociedades se fundam historicamente.

Embora o estudo de Castells sirva para situar a reflexão proposta por Orlandi (2011), a autora diz que o mais importante para a teoria do discurso é desmun-dializar esses conceitos e dar outros sentidos ao território (espaço) e à mundialização, enquanto ideologia.

Segundo Orlandi (Idem, p. 11), na Análise de Discurso “não falamos em identidade em si, mas em processos de identificação em que se constituem as identidades.” Nessa teorização, a identidade é tomada em uma perspectiva materialista, pensada no âmbito discursivo.

A construção da ‘nova’ identidade, como veremos nesta pesquisa, é resultante de processos de identificação e pertencimento da população a esses novos territórios que são constituídos, em grande parte, por migrantes vindos do

interior de São Paulo, o que não significa para todos os migrantes a ruptura com a identidade de Cáceres

O sentimento de pertencimento, conforme Orlandi (2011, p.22), passa por um processo de individuação do sujeito:

Nosso ponto de partida tem sido sempre o mesmo, ou seja, os dois movimentos que estabelecemos em nossa teorização sobre a constituição do sujeito (ORLANDI, 2002), e que, embora distintos, são inseparáveis. Um primeiro movimento em que temos a interpelação do sujeito, pela ideologia, no simbólico, constituindo a forma-sujeito-histórica. Em seguida, com esta forma-sujeito-histórica já constituída dá-se então o que consideramos como modo de individuação do sujeito.

O sujeito individuado, conforme Orlandi (2005, p. 43), “é um sujeito de natureza sócio-histórica ideológica, indivíduo já afetado pela língua e pela ideologia que se identifica pela sua inscrição nas diferentes formações discursivas¹¹”. Para a autora (idem), “a noção de sujeito individuado não é psicológica, mas política, ou seja, a relação indivíduo-sociedade é uma relação política. Nesta teorização, nenhum dos elementos que a constituem pode ser pensado sem os demais”.

Nesse sentido, observamos que ao se deslocarem para o interior do estado de Mato Grosso, especificamente para a região sudoeste, os migrantes vindos do interior de São Paulo e de outros estados identificam-se e imaginam se projetar em uma posição-sujeito na sociedade em que estão/são inseridos, para se representar como parte do grupo a que pertencem, e mais do que isso, buscam manter a identidade constituída no lugar de origem no território mato-grossense, o que nem sempre acontece, quando o nome da nova localidade mantém a sua história de origem, como no caso de Jauru, Porto Esperidião, Curva do Boi/Curvelândia e Rio Branco. Neste caso, a identidade do migrante constitui-se pelo movimento da

¹¹ A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode ser dito (ORLANDI, 2005, p. 43).

história de dois povos: migrante e nativo.

2.7 O Corpus e a Metodologia

Para analisar enunciativamente os nomes das cidades que compõem a Região de Cáceres, tomaremos como *corpus* um conjunto de textos, que compreendem documentos oficiais como atas, leis, decretos, mapas, bem como materiais bibliográficos que contemplam a historiografia dessas cidades.

Além do *corpus* é necessário estabelecermos um procedimento de análise e para tal recorreremos à metodologia do campo teórico da Semântica do Acontecimento, que considera a questão de sentido na linguagem como determinado historicamente e produzido pelo acontecimento do dizer, da enunciação.

No primeiro momento procuraremos mostrar as estruturas formais dos nomes, através de seu funcionamento morfossintático e, de outro, o funcionamento semântico-enunciativo. Trazemos também a noção de texto, considerando que o enunciado é um elemento linguístico que integra o texto, que essa integração se faz por uma relação transversal entre elementos diversos e a unidade à qual se reportam. Dessa forma a concepção de funcionamento do texto diz respeito a procedimentos de constituição de sentido que não é segmental.

Guimarães (2011, p. 44-45) considera os seguintes procedimentos para análise:

a) “não se pode pensar em seguir a linearidade textual, pois trata-se de tomar recortes de texto, descrevê-los e interpretá-los;

b) em segundo lugar, que a interpretação do texto parte da análise de um recorte que leva à consideração de um movimento de sentidos no texto;

c) e finalmente, interpretar é atribuir sentidos a um texto, a seus elementos e

a seu todo, na base da descrição de recortes do texto, levando em conta as relações que marcam a integração dos elementos ao texto e segundo a posição teórico-metodológica assumida”.

O autor tem particular interesse em dois funcionamentos gerais próprios do acontecimento do texto: a reescrituração, que consiste em se redizer o que já foi dito (Idem, p. 45-46); e a articulação, que é o procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos significam sua contiguidade.

CAPÍTULO III

NOMES DE CIDADE: A HISTÓRIA EM MOVIMENTO

[...] além de continentes das experiências humanas, a cidade é também um registro, uma escrita, materialização de sua própria história.

(Raquel Rolnik, 1995, p. 9)

Nesta terceira parte do trabalho que compreende a análise dos nomes de cidade, apresentaremos o movimento de semantização desses nomes, tomando seu funcionamento como um modo de determinação social e histórica que produz os sentidos de identidade dessas cidades e de seus habitantes.

Desse modo, tomaremos como materialidade os nomes das cidades de Mirassol D'Oeste, Salto do Céu, Rio Branco, Porto Esperidião, Jauru, Curvelândia e Figueirópolis D'Oeste, por ano de emancipação política e administrativa, para analisá-las sob três aspectos: a) o funcionamento morfossintático, considerando que o nome próprio é, na sociedade, uma construção em que as relações morfológicas e sintáticas constituem o nome; b) o funcionamento semântico-enunciativo, pensando a nomeação em relação ao espaço de enunciação e às questões políticas, sociais e históricas que determinaram essas nomeações; c) o memorável no acontecimento dos nomes de cidades, pensando o funcionamento do conjunto de enunciações já ditas.

Com essas análises, mostraremos que o processo de nomeação não é algo que se dá aleatoriamente, há um agenciamento específico da posição sujeito que nomeia, e essas nomeações funcionam a partir de um memorável de enunciações já realizadas. Refletir sobre o processo de nomeação das cidades que compõem a Região de Cáceres é compreender a própria história de constituição dessa região e do pertencimento da população a esses novos territórios, localizados no sudoeste do

Estado de Mato Grosso.

3.1 A Estrutura Morfossintática dos Nomes de Cidades

Segundo Guimarães (2005, p. 34), o funcionamento morfossintático do nome se dá como relações de determinação que especificam algo sobre o que se nomeia. E estas relações são restrições que determinam o modo de nomear alguém. Nessa perspectiva, o nome é na sociedade uma construção em que as relações morfológicas e sintáticas o constituem.

Se pensarmos as nomeações das cidades emancipadas/desmembradas político-administrativamente da cidade de Cáceres-MT, a partir dos anos 70 do século XX, observaremos que as enunciações que nomeiam essas cidades se dão no espaço de enunciação da Língua Oficial do Brasil, a Língua Portuguesa, e o acontecimento do dizer nomeia as cidades através de leis estaduais e decretos, ou seja, há um agenciamento das figuras da enunciação pelo jurídico, que regula e normatiza a criação e a nomeação dessas cidades.

A seguir apresentaremos as análises morfossintáticas dos nomes anteriores e atuais das seguintes cidades: Patrimônio de Mirassol D'Oeste e Mirassol D'Oeste; Gleba Paulista, Cidade de Deus e Jauru; Curva do Boi e Curvelândia; Porto Salitre e Porto Esperidião; Distrito de Paz do Rio Branco e Rio Branco; Figueirópolis e Figueirópolis D'Oeste; e do único município que mantém o nome de fundação: Salto do Céu.

a) Nome próprio de pessoa: Porto Esperidião.

O nome composto *Porto Esperidião* é formado de um nome comum *Porto*, (locativo) e de um nome próprio qualificador, *Esperidião*.

b) Nomes próprios topográficos: Jauru, Rio Branco, Salto do Céu, Curva do Boi, Porto Salitre e Porto Esperidião, Distrito de Paz do Rio Branco.

Jauru, é um nome próprio constituído de apenas um nome

(especificador); *Rio Branco* é um topônimo composto por um nome comum (especificador) *Rio*, determinado pelo adjetivo *Branco*; *Salto do Céu* apresenta na sua estrutura um nome comum (especificador) *Salto* acrescido do sintagma preposicionado (com característica de qualificador) *do céu*. *Curva do boi* é composta por um nome comum topográfico *Curva*, mais um sintagma preposicionado *do Boi*; *Porto Salitre* é constituída por um nome comum locativo *Porto* e de um nome qualificador *Salitre*; *Porto Esperidião* é formada de um nome comum *Porto*, (locativo) e de um nome próprio qualificador, *Esperidião*;

c) Nomes próprios seguidos de sintagmas preposicionados: Patrimônio de Mirassol D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Cidade de Deus, Salto do Céu, Figueirópolis D'Oeste.

d) Nomes próprios constituídos de apenas um especificador: Curvelândia, Figueirópolis.

O nome *Curvelândia* é formado pelo processo de derivação sufixal *curv(a)*, acrescido do sufixo *lândia*, que vêm do inglês *land*, que significa “terra”; E *Figueirópolis* é formado pelo processo de derivação sufixal *Figueir(a)* acrescido do sufixo *polis* (cidade);

e) Nome seguido de uma determinação: Gleba Paulista

Estas estruturas nos mostram que os nomes de cidades podem ser constituídos de nomes próprios de pessoas, nomes comuns de elementos da natureza, nomes constituídos pelo processo de derivação, nomes ligados por sintagmas preposicionados, com função de localizadores, especificadores e qualificadores.

A nomeação de cidades funciona diferentemente da nomeação de pessoas, pois segundo Guimarães (2005, p. 46), os nomes próprios de pessoas “se constituem de nome e sobrenome”. Por exemplo, não temos uma cidade nomeada pelo nome dado do lugar do batismo como *Manoel Esperidião da Costa Marques*, e sim *Porto Esperidião*.

3.2 O Funcionamento Semântico-Enunciativo dos Nomes de Cidade

O funcionamento semântico-enunciativo dos nomes de cidade é pensado em relação ao espaço de enunciação e às questões políticas, sociais e históricas que determinam essas nomeações.

Compreender o processo de semantização desses nomes como um acontecimento histórico-social e político, significa dizer que as enunciações que nomeiam as cidades são atravessadas por outras enunciações que trazem o memorável de nomes de cidades, ou seja, o memorável que constitui o passado de um acontecimento, o que não significa fazer uma referência a fatos da história, mas como os nomes são enunciados no acontecimento.

Segundo Guimarães (2005, p. 37), “o processo enunciativo da nomeação pode então, envolver lugares de dizer diferentes, o que diz respeito ao fato de que uma enunciação que nomeia, pode estar citando nomeações diversas.”

A análise do funcionamento enunciativo do nome de cidades nos leva à compreensão dos sentidos que se constituíram pela enunciação, o nome não nos mostra apenas a história da nomeação, mas a história do processo de ocupação de terras no sudoeste de Mato Grosso a partir de 1970. Nesse sentido, nomear não é rotular, é enunciar um presente que recorta um passado de enunciações produzindo diferentes histórias e significados para o estado de Mato Grosso.

A seguir analisaremos o funcionamento semântico-enunciativo dos nomes das primeiras cidades que se emanciparam da cidade de Cáceres: *Mirassol D'Oeste*, *Jauru*, *Rio Branco*, *Salto do Céu*, *Porto Esperidião*, *Curvelândia* e *Figueirópolis D'Oeste* e que mais tarde deram origem a novas cidades e distritos nessa região.

a) **Mirassol D'Oeste**

Em *História e Poesia* (1995), a história de fundação da cidade de *Mirassol*

D'Oeste é narrada sob o olhar do político da cidade, Ataíde Pereira Leite, que conta que os primeiros migrantes que vieram para essa região eram do interior do estado de São Paulo. Em 1958, Antônio Lopes Molon e sua esposa Maria Aparecida Saber de Molon, ao tomarem conhecimento das terras mato-grossenses, se interessaram por elas, e se deslocaram com o objetivo de fundar um patrimônio nesse lugar. Com o apoio de outras pessoas criaram uma colonizadora e requereram as terras junto ao Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT) e, a partir daí, buscaram investidores de outras cidades paulistas como Mirassol, Tanabi, Jales, Votuporanga, Fernadópolis e Santa Fé do Sul.

No dia 28 de outubro de 1964, foi fundado o povoado, com o lançamento da pedra fundamental da primeira Igreja a ser edificada na futura cidade. A nomeação desse povoado foi registrada na ata de fundação como *Patrimônio de Mirassol D'Oeste*, conforme o texto abaixo:

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, às nove horas, foi procedida a Bênção do Cruzeiro, no local onde será erguida a futura capela em louvor a São Judas Tadeu, dando assim esta solenidade início à Fundação do **Patrimônio de Mirassol D'Oeste**, no Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso. O nome do Patrimônio hoje fundado, foi dado em homenagem à Mirassol, progressista cidade do Estado de São Paulo, de onde procedem grande parte dos pioneiros desta localidade, entre eles, o saudoso ANTÔNIO LOPES MOLON, cuja família, ali ainda reside; falecido a 06 de novembro de 1962, sem ter tido a oportunidade de ver realizado o seu sonho de povoamento desta **gleba**. Grande entusiasta do Estado de Mato Grosso, como WALBERT LOVISI DA SILVA, que sempre acreditou ser o futuro Celeiro do Brasil; prognóstico que está se tornando realidade. Outros companheiros do saudoso ANTÔNIO LOPES MOLON, pelas suas andanças pelo Estado de Mato Grosso, como o Sr. WALBERT LOVISI DA SILVA, vem concretizar-se o sonho dourado de surgir em plena mata, mais um núcleo de colonização, futuro centro irradiador de progresso, que hoje se efetiva com a fundação do Patrimônio de Mirassol D'Oeste. São eles: JOSÉ LOPES GARCIA, PAULO MENDONÇA, FRANCISCO LOPES FILHO, este último foi quem localizou as Terras para o Patrimônio, e as senhoras: MARIA LOPES D'AURE e APARECIDA SABER

MOLON (esta, viuva do Sr. ANTÔNIO LOPES MOLON) juntaram seus esforços e vem tornar-se realidade o objetivo de todos, com a fundação de MIRASSOL D'OESTE, localizado nas férteis terras de Mato Grosso. Para as solenidades da Fundação do Patrimônio, foram expedidos convites as autoridades estaduais, municipais e religiosos do Estado de Mato Grosso, cujas presenças são aqui assinaladas, com suas respectivas assinaturas na presente ATA. Por devoção de um dos fundadores, Sr. Walbert Lovisi da Silva, a São Judas Tadeu, o Patrimônio foi consagrado a este Santo que passará a ser o seu Padroeiro, tendo como Madrinha, Nossa Senhora Aparecida. Pelos fundadores, as duas imagens foram doadas para a futura Capela do **Patrimônio**. Terminadas as solenidades religiosas e oficiais da fundação, em regozijos foram soltos fogos de artifícios e servido a todos os presentes, um suculento churrasco. E para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai subscrita por todos os presentes. Mirassol D'Oeste, 28 de outubro de 1964 (LEITE, 1995, p. 12)

Observamos no acontecimento de linguagem da ata de fundação que a localidade foi nomeada como *Patrimônio de Mirassol D'Oeste* e rememora dois acontecimentos: a nomeação da cidade de Mirassol, localizada no interior do estado de São Paulo, de onde partiram os primeiros povoadores para a região sudoeste de Mato Grosso, e o nome anteposto a Mirassol D'Oeste, *Patrimônio*, que não significa cidade ou vila, mas o modo de identidade como não pertencente ao município de Cáceres.

No entanto, queremos destacar que no acontecimento da ata registra-se a “fundação do Patrimônio de Mirassol D'Oeste no Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso”, significando que a não independência político-administrativa da localidade impede a constituição da identidade do migrante.

Já no enunciado “Por devoção de um dos fundadores, Sr. Walbert Lovisi da Silva, a São Judas Tadeu, o Patrimônio foi consagrado a este Santo que passará a ser o seu Padroeiro”, a identidade do migrante é constituída por um processo de identificação pela sua relação com o santo padroeiro, que não é o padroeiro da cidade de Cáceres, mas do Patrimônio de Mirassol D'Oeste.

Na cena enunciativa da ata temos um locutor-x (locutor-oficial) que predicado pelo seu lugar social de escrivão registra o acontecimento da fundação, em que se dá a nomeação do *Patrimônio*, nome que recorta o memorável de enunciações que nomearam a cidade de Mirassol-SP e também o memorável de enunciações em que a palavra *Patrimônio* é dita.

No *Dicionário Houaiss* (2001 p. 2151), encontramos várias definições para a acepção de *patrimônio*, entre elas o sentido de “herança, ou conjunto de bens de direito relacionados a uma pessoa ou empresa”. Se pensarmos na etimologia da palavra *patrimônio* que vêm do latim *patrimonium* significa bens, herança, posses, haveres. *Patrimônio (de Mirassol D'Oeste)* na ata fundacional de Mirassol D'Oeste está significando uma relação de posse das terras devolutas da região e o sentimento de pertencimento da terra nomeada pelos colonizadores que a povoaram.

Não há fontes oficiais, mas há algumas versões sobre a nomeação de Mirassol-SP. A primeira versão diz que se deve ao fato de que o centro da cidade é um dos lugares mais altos da região, de onde se pode observar o pôr-do-sol. Uma segunda versão para o surgimento desse nome diz que passava o fundador a cavalo pelo Largo da Capelinha, onde se cultivavam roças de arroz, quando um dos enxadeiros chamou-lhe a atenção para a existência, no local, de uma touceira de plantas esguias, de cerca de dois metros de altura, e no topo das quais desabrochavam grandes flores redondas, de cor amarelo-ouro. O passante, ao se deparar com as flores, exclamou: “ – *É girassol* e o roceiro respondeu dizendo: – *Não é não, seu capitão. O nome dessa flor é Mirassol!*”

Pelas versões observamos que o nome Mirassol se mantém em *Mirassol D'Oeste* pelo fato de recortar o nome da cidade de Mirassol-SP como memorável, pois segundo Guimarães (2005, p. 38), enunciar a partir de outras enunciações refaz a temporalidade do primeiro acontecimento, por tomá-lo diretamente como o rememorado que o presente do segundo acontecimento modifica, então o processo enunciativo da nomeação envolve lugares de dizer diferentes, o nome ao ser enunciado novamente carrega novos sentidos, sofre modificações, e esse movimento pode ser observado na nomeação de *Mirassol D'Oeste-MT*.

No acontecimento enunciativo da ata de fundação do *Patrimônio*, a nomeação da cidade de *Mirassol D'Oeste* é precedida pelo nome comum *Patrimônio*, significando que a nova povoação pertence à jurisdição de Mirassol D'Oeste, e ainda na primeira parte da ata, observamos que a localidade aparece designada por *gleba*, pelo que ela significou inicialmente como grande porção de terras apropriadas para lavoura.

O mesmo dicionário traz para *gleba* o sentido de “terreno próprio para cultivo”, e pode ser igualmente relacionado ao sentido utilizado na ata de fundação, pois *Mirassol D'Oeste*, juntamente com os demais povoados vizinhos, se destacaram pela produção agrícola entre os anos de 67 e 70 do século XX, tornando a região um dos maiores produtores de arroz do Estado de Mato Grosso.

Passados 12 anos da fundação do *Patrimônio de Mirassol D'Oeste*, brotava no povoado um sentimento de independência, de emancipação, de ruptura político-administrativo com o município de Cáceres, e no ano de 1974, tornou-se ainda mais forte com a eleição do Deputado Estadual Airton Reis, da cidade de Cáceres-MT, e que teve uma votação significativa dos eleitores mirassolenses. Essa representação política na Assembleia criava grandes expectativas ao povo de Mirassol que fez redigir um requerimento dirigido ao Presidente da Assembléia Legislativa, solicitando a emancipação do *Patrimônio de Mirassol D'Oeste*, datado em 25 de agosto de 1975, e assinado por 120 moradores da cidade.

Como efeito desse movimento, cria-se o município de *Mirassol D'Oeste*, através da Lei estadual nº 3.698, de 14 de maio 1976, desmembrando-o do município de Cáceres, conforme a seguir:

O Governador do Estado de Mato Grosso:

Faço saber que a Assembleia Legislativa **decreta**, e eu **sanciono** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica **criado** o Município de Mirassol D'Oeste, **desmembrada** a sua área do Município de Cáceres, que terá por sede o povoado do mesmo nome.

No entanto, iniciava-se uma batalha jurídica da população mirassolense pela emancipação da cidade de *Mirassol D'Oeste* que, mesmo criada oficialmente, continuava ligada político-administrativamente ao município de Cáceres. Com isso, o pertencimento do migrante à localidade ia se constituindo sócio-historicamente enquanto a identidade em relação ao município de Cáceres se mantinha.

Segundo Leite (1995), a batalha jurídica pela emancipação durou dois anos, tendo em vista as dúvidas geradas quanto à interpretação da lei que criou o município, e somente em 30 de março de 1978, o governador Garcia Neto sanciona a Lei n. 3.969 que convalida a Lei 3.698, de 14 de maio de 1976, que cria o Município de Mirassol D' Oeste, dando-lhe finalmente a independência política e administrativa:

Convalida a Lei 3.698, que Cria o Município de Mirassol D'Oeste'.

O Governador do Estado de Mato Grosso: Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica convalidada a Lei nº 3.698 de 14.05.76, que criou o Município de Mirassol D'Oeste.

Percebemos que a lei de criação deixa clara a independência do município de *Mirassol D'Oeste* reforçada pelo Art. 1º que diz “Fica criado o Município de Mirassol D'Oeste, desmembrada a sua área do Município de Cáceres, que terá por sede o povoado do mesmo nome”, no entanto foi necessária outra lei para convalidar a criação, pois a forma verbal “Convalida”, segundo Houaiss (2001, p. 826) significa “tornar válido o ato jurídico a que faltavam certos requisitos legais”, e significa ainda para o migrante a convalidação do pertencimento e da nova identidade ou, ainda, visualizar novos horizontes em novos espaços, ao se apropriar legalmente do território.

Observamos na performatividade do texto da lei que cria *Mirassol D'Oeste*,

que o locutor-governador enuncia do lugar de autoridade que sanciona a Lei, tornando *Mirassol D'Oeste* oficialmente elevada à categoria de município. Nesse instrumento jurídico, político e administrativo, o locutor-governador assimila o lugar do dizer do enunciador-universal, em que o dizer é submetido ao regime do verdadeiro e do falso.

Nos documentos de criação do município, enunciados do lugar político-administrativo do estado de Mato Grosso, o nome *Mirassol D'Oeste* mantém-se estável, construindo uma identidade própria para que os fundadores e a nova geração nascida nessa cidade se constituam em novos sujeitos em seus modos de significar.

Em 04 de outubro de 1977 é criado e anexado ao município de Mirassol D'Oeste os distritos de Araputanga e São José dos Quatro Marcos.

b) Jauru

Encontramos em documentos datados de 29 de novembro de 1778, que o então governador de Mato Grosso, Luís de Albuquerque, comunica haver tido notícias da presença de famílias e índios nas terras de *Jauru*:

Carta do governador de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, dirigida a Martinho de Mello e Castro. Comunica haver tido notícias de terem chegado ao registro de **Jaurú** algumas famílias de índios que desertaram das missões castelhanas, **que irão povoar a nova povoação de Vila Maria** de que dá notícia a S.M pelo termo de fundação¹².

A enunciação dessa carta se deu após a fundação de Vila Maria do Paraguay (1778), e nos diz sobre a formação do primeiro povoamento de *Jaurú*, inicialmente

¹² Documentos Avulsos sobre Mato Grosso – Cxa. 18, n. 1165. In: Fundação de Vila Maria, UFMT, 1978.

composta por índios. Essas famílias indígenas, como diz o locutor-governador, irão formar a “nova povoação de Vila Maria” e integrar-se aos habitantes que já viviam na localidade. Retomamos um trecho da ata da fundação de Vila Maria para mostrar essa relação:

[...] uma povoação civilizada, aonde se congregassem todo o maior número de moradores possível, compreendidos **todos os casaes de índios castelhanos** aproximadamente desertados para estes Domínios Portuguezes da província de Chiquitos, que fazem o número de 78 indivíduos de ambos os sexos, a que juntando-se todo o outro número das mais pessoas congregadas para o dito fim faz o total de 161 indivíduos de ambos os sexos; [...].

Conforme a enunciação da carta, não existia ainda um povoado com o nome de *Jauru*, e isso nos faz supor que as famílias foram se aglutinando próximas ao leito do Rio Jauru que banhava a região. O Rio Jauru tem seu nome inscrito na história da América, e traz como memorável a imagem do Marco do Jauru, que estabeleceu o limite entre os reinos de Portugal e Espanha, definido pelo Tratado de Madrid em 1750.

A nova povoação do território que abriga o município de *Jauru* iniciou-se nos primeiros anos da década de cinquenta do século XX. Neste período a Companhia de Terras Sul Brasil adquiriu uma área de 250 mil hectares, no município de Cáceres, entre os rios Guaporé e Jauru. Em 1953, Francisco Ângelo Montalar e outros membros da família adquiriram terras e instalaram-se na região. Estas terras foram divididas e numeradas em quatro glebas. Uma dessas partes formou a área urbana que foi nomeada inicialmente de “Gleba Paulista”, mais tarde a gleba foi renomeada como “Cidade de Deus” e por fim foi renomeada de *Jauru*, município criado a 20 de setembro de 1979, pela Lei estadual nº 4.164.¹³

A primeira nomeação “Gleba Paulista” traz o memorável do gentílico dos migrantes paulistas que vieram povoar essa região. A renomeação “Cidade de Deus”

¹³ Fonte: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrosso/Jauru.pdf>> Acesso em 22/11/2012.

rememora a religiosidade do povo e evoca a nomeação da cidade homônima localizada na grande Osasco-SP. Outro significado do nome *Jauru* tem origem no tupi-guarani e significa “o rio dos jaús”¹⁴; o jaú é um peixe considerado o maior dos rios brasileiros e que podiam ser encontrados em grande quantidade nessa região.

Na renomeação de *Jauru*, observamos um processo enunciativo que identifica o lugar pelo nome dado ao rio. Há aqui um processo metonímico de renomeação que descreve o nome do rio como afluente que banha a cidade e que estabelece uma relação com a população local. Na relação entre o processo de nomeação e renomeação verifica-se que há um dizer que diz do rio *Jauru* e um dizer que diz da cidade de Jauru, ou seja, um dizer dentro de outro dizer. Pelo fato de o rio Jauru ter sido nomeado anteriormente à fundação da cidade que tem esse nome, podemos dizer que o nome da cidade de Jauru contém os sentidos da cidade de Cáceres.

Temos ainda o procedimento da reescrituração em que o nome *Jauru* é reescriturado por substituição por “Cidade de Deus” que, por sua vez, é reescriturada por “Gleba Paulista”.

c) Rio Branco

A cidade de *Rio Branco* começou a ser fundada a partir de ações desenvolvidas por João Augusto Capilé, membro da Comissão de Planejamento da Produção, que buscava assentar colonos que tiveram problemas em Dourados (MS) e Jaciara (MT). O Rio Branco, curso natural, que deu nome à cidade e ao projeto Colônia Rio Branco, banha o território municipal e desenha a paisagem regional com quedas d’águas.

Inicialmente a cidade foi nomeada como *Distrito de Paz de Rio Branco*, nomeação que foi dada, segundo relatos de moradores, pelas características apresentadas pelo local, à época, um lugar calmo e sossegado. O distrito foi criado em 4 de abril de 1978, jurisdicionado ao município de Cáceres. No ano seguinte, a Lei estadual nº 4.151, de 13 de dezembro, criou o município renomeando-o de *Rio*

¹⁴ Fonte: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/jauru/>> Acesso em 23/10/2013.

Branco, desmembrando-o de Cáceres.

A nomeação oficial da cidade manteve apenas *Rio Branco*, apagando o anteposto *Distrito de Paz*. Aqui ocorrem duas enunciações, a primeira significa a situação política da localidade, *Distrito* jurisdicionado a outro município, ou seja, dependência política e administrativa de outro município; na segunda nomeação, o apagamento do nome anteposto é determinado pelo processo político de emancipação do distrito. Aqui não ocorre o estabelecimento da identidade dos fundadores com a localidade, uma vez que os sentidos da cidade de Cáceres aparecem no nome da cidade de Rio Branco.

Na renomeação *Rio Branco* assim como a de *Jauru* observa-se um processo metonímico de nomeação, em que o lugar é descrito como afluente que banha a cidade e que estabelece com os povoadores. Temos, nesse sentido, também um dizer que diz do rio Branco e um dizer que diz da cidade de Rio Branco, ou seja, uma enunciação dentro de outra enunciação. Como diz Guimarães (2005, p.38), “uma enunciação inclui a nomeação inicial”.

d) Salto do Céu

As origens do município de *Salto do Céu* estão no desdobramento dos assentamentos de colonos da Colônia Rio Branco, a partir de 1960. Dando prosseguimento à procura de glebas aptas para produção de cereais, João Augusto Capilé Filho, chefe da Comissão de Planejamento da Produção, penetrou na mata fechada acima do Rio Branco, tendo a impressão que adentrava uma região virgem, intocada, tal a imponência que apresentava a floresta. Subindo o Rio Branco, Capilé escutou o rumor de um salto d’água, procurou conhecê-lo e se deparou com uma alta queda d’água, que deu origem ao nome do lugar do assentamento dos colonos, que foi batizado com o nome de *Salto do Céu*¹⁵.

¹⁵ Fonte: <<http://www.saltodoceu.mt.gov.br/informacoes/sobre-salto-do-ceu/historia/>> Acesso em 09/10/2013.

A chegada de João Carreiro de Sá e de Cipriano Ribeiro Sobrinho assinalou o início da ocupação da terra em *Salto do Céu*. O município foi criado em 13 de dezembro de 1979, pela Lei nº 4.152, de autoria do deputado Aldo Borges, e sancionada pelo governador Frederico Campos:

Artigo 1º - Fica criado o município de salto do Céu, com território desmembrado do município de Cáceres.

Artigo 2º - O município ora criado é constituído de três distritos: da sede, Cristinópolis e Vila Progresso.

Artigo 3º - Nos termos da Lei complementar Federal nº 01, de 09 de Novembro de 1967, o município de Salto do Céu só seria instalado no dia 31 de Janeiro de 1981 com a posse do Prefeito, Vice-prefeito e vereadores, eleitos a 15 de Novembro de 1980".

A nomeação da cidade de Salto do Céu traz o memorável do que disse o migrante em relação à natureza. Observa-se, ainda, um procedimento metonímico-metafórico nessa nomeação. Metonímico no sentido de que o local é designado por uma característica natural visível nele, ou seja, a cachoeira existente na região, e metafórico pela comparação da altitude da queda d' água com o nome *Salto do Céu* dado ao lugar.

Na cena enunciativa da Lei 13 de dezembro de 1979, temos um locutor-x (locutor-oficial) que, predicado pelo seu lugar social (governador), sanciona a criação do município, esse acontecimento de linguagem instala sentidos de sua emancipação político-administrativa da cidade de Cáceres.

a) Porto Esperidião

As origens históricas da fundação de *Porto Esperidião* estão ligadas às de Vila Bela da Santíssima Trindade. A Comissão Rondon instalou um posto telegráfico às margens do Rio Jauru, dando início ao povoado de Porto Salitre. Em 25 de agosto de 1898, o engenheiro Manoel Esperidião da Costa Marques deu

início, em São Luís de Cáceres, a estudos da navegabilidade do Rio Jauru, desde a barra com o Rio Paraguai até o Porto do Registro.

A primeira nomeação *Porto Salitre* funciona pelo processo metafórico de nomeação, ao se referir a um tipo de barro encontrado na região e muito procurado pelos animais. Nesse sentido (barro) metaforiza (sal) e constitui o nome *Salitre*. A segunda nomeação foi dada em homenagem ao engenheiro Dr. Manoel Esperidião da Costa Marques, em 1920, substituindo o nome de *Porto Salitre* por *Porto Esperidião*. A cidade tem este nome por uma enunciação que a nomeia a partir da enunciação que nomeou alguém com esse nome. É preciso destacar que o nome da cidade mantém do nome *Manoel Esperidião da Costa Marques*, dado do lugar do batismo, apenas o segundo prenome *Esperidião*, e não o nome composto *Manoel Esperidião*, ou mesmo o sobrenome da família *Costa Marques*. Trata-se de uma nomeação que foge às outras formas de nomear prenomes ou sobrenomes de memoráveis da história nacional ou local, como no caso de Getúlio Dornelles Vargas na *Avenida Presidente Vargas* (Título + sobrenome), na cidade do Rio de Janeiro, ou *Avenida Getúlio Vargas* (nome + sobrenome), na cidade de Cáceres.

O município de *Porto Esperidião* foi criado em 13 de maio de 1986, pela Lei estadual nº 5.012. No funcionamento semântico-enunciativo do nome *Porto Esperidião*, a cena enunciativa da nomeação está tomada por um memorável da enunciação que nomeou um cacerense (*Esperidião*), enquanto *Porto* pode se repetir em enunciações para especificar a localidade em que se erigiu a povoação inicial. Queremos destacar que esse nome mantém os sentidos do nome da cidade de Cáceres, pois enunciar *Porto Esperidião* é evocar o nome da família *Costa Marques*, natural de Cáceres.

Segundo Guimarães (2005, p. 50), podemos dizer que a enunciação que nomeia a cidade de *Porto Esperidião* “toma como unidade algo que uma enunciação anterior construiu por certas relações específicas de determinação”.

f) **Figueirópolis D'Oeste**

A história de fundação de *Figueirópolis D'Oeste* diz que a região foi desbravada e colonizada pela família Figueiredo, mais precisamente pelo paulista José Joaquim de Azevedo Figueiredo, que ouvindo notícias de que a colonização de Mato Grosso seria “um promissor negócio”, dada a facilidade de aquisição de terras e os incentivos do governo, adquiriu terras na região e deu início ao povoado.

Em 1978, foi instalado o distrito de *Figueirópolis*, cuja nomeação dada é em homenagem à família Figueiredo, e em 13 de maio de 1986, através da Lei Estadual nº 5.015, *Figueirópolis* deixa de ser distrito de Cáceres, e passa a ser renomeado como *Figueirópolis D'Oeste*. Na enunciação dessa nomeação, o locativo *D'Oeste* localiza geograficamente o novo município no estado de Mato Grosso¹⁶ pelo memorável da Marcha para o Oeste.

g) Curvelândia

Segundo depoimento do deputado José Lacerda, a nomeação da localidade situada às margens da BR 364 tem origem no seguinte relato: “– Vinha uma comitiva de bois da região de Rio Branco, eu era um dos boiadeiros, quando de repente, na curva surgiu um ônibus da empresa TUT, atropelando nove bois, a partir deste fato o ponto passou a ser conhecido como Curva do Boi.”¹⁷ A primeira nomeação “Curva do Boi” que, rememora o relato do deputado, perde os sentidos do cotidiano e é renomeada como *Curvelândia*, nome dado do lugar da administração pública do Governo do Estado, através da Lei estadual nº 6.981, de 28 de janeiro de 1998, e que mantém parte da primeira nomeação *Curv(a)*.

3.3 O Memorável no Acontecimento dos Nomes de Cidades

¹⁶ Fonte: <<http://www.mtseusmunicipios.com.br>> Acesso em 10/11/2013.

¹⁷ Fonte:<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrosso/curvelandia.pdf>> Acesso em 22/11/2012.

Na perspectiva de que a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso (GUIMARÃES, 1995, 2001) ou por discursos formulados anteriormente e que constituem o memorável (o passado do acontecimento), objetivamos mostrar nas análises o que o acontecimento recorta como memorável.

Para Guimarães (2005, p. 12), “O acontecimento é sempre uma nova temporalidade, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem o qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação”. O acontecimento de linguagem recorta um passado memorável e instaura um presente que está sempre em projeção para o interpretável, portanto, um presente com latência de futuro. Nesse sentido, as enunciações que nomeiam as cidades são formadas a partir do cruzamento de discursos diversos.

O acontecimento do dizer que nomeia a cidade de *Mirassol D' Oeste* recorta como memorável a história de nomeação da cidade de *Mirassol*, localizada no estado de São Paulo, e é atravessado por discursos progressistas como os dos movimentos de colonização da Marcha para o Oeste.

As cidades de *Jauru*, *Rio Branco*, *Salto do Céu* e *Curvelândia* são nomeadas pelas enunciações recortadas por discursos da natureza e por relatos de boiadeiros, o que dá a especificidade a cada um desses nomes.

A cidade de *Porto Esperidião* é nomeada a partir de um memorável de enunciação de nome de personagens da localidade, o que significa dizer que o discurso progressista retoma o nome de um cacerense ligado à profissão de engenheiro civil, e que passa a figurar como parte da história de constituição dessa cidade.

Na nomeação *Figueirópolis D'Oeste*, temos o memorável da “família Figueiredo”, que significa para a cidade a figura do fundador e por isso se inscreve na história de ocupação da região.

Podemos dizer que o processo de nomeação não é algo que se dá aleatoriamente. Segundo Guimarães (2005, p. 2), há um agenciamento específico “pelos quais o acontecimento do dizer mobiliza a língua em textualidades particulares”. As nomeações/renomeações funcionam a partir de um memorável de

enunciações já ditas. Isso nos faz refletir que, ao compreender o processo de nomeação das cidades que compõem a Região de Cáceres, compreendemos também a própria história de constituição dessa região em que o pertencimento da população a esses novos territórios é afetado pelo que significa o município de Cáceres na construção, reconstrução da história de povos, de cidades e do Estado de Mato Grosso.

3.4 O Processo de Identidade no Sudoeste de Mato Grosso

Esta pesquisa mostrou inicialmente dois movimentos de ocupação de terras em Mato Grosso, o primeiro dado pelas mãos dos “bandeirantes” que a serviço da Coroa realizavam a descoberta, o desbravamento e a colonização de novos territórios no Centro-Oeste do Brasil entre os séculos XVIII e XIX; e o segundo movimento que, a partir dos anos 70 do século XX, afetado pelas novas políticas de integração de terras disponibilizadas pelo governo, faz surgir a figura do ‘novo bandeirante’, representado pelos migrantes vindos da região sudeste do Brasil.

A vinda desse ‘novo bandeirante’ para a região sudoeste de Mato Grosso delinea para o Estado a (re)construção de novas identidades e costumes que determinam novos sentidos para os seus habitantes.

Nesse sentido não tratamos a questão da ocupação de terras em seu aspecto geográfico, mas os efeitos de sentido que esses processos de ocupação de terras e de migração produzem para a região de Cáceres, isto é, “estamos pensando o enlaçamento significativo entre sujeito, espaço, linguagem e acontecimento” (ORLANDI, 2011, p. 14).

O sujeito do qual falamos aqui é um indivíduo afetado pela língua e pela ideologia, e conforme Orlandi (2005, p.43), “é um sujeito de natureza sócio-histórica-ideológica”, ou seja, é um sujeito que se identifica em suas diferentes posições e nas suas diferentes formações discursivas.

O espaço que o sujeito ocupa não é apenas territorial, uma porção de terras, mas é um “espaço institucionalizado, nomeado pelo poder do Estado. Esse sujeito, para nós se constitui no acontecimento de linguagem afetado sócio-historicamente, nos faz questionar: Que sentidos a nova terra produz para o migrante? Quais processos identitários estão na constituição do sujeito das cidades emancipadas do município de Cáceres?

Como todo migrante, a sua vinculação com a nova terra significa adquirir a terra, pertencer à terra, ser da terra, criar relações de pertencimento com essa terra e buscar uma identidade que o identifique como cidadão dessa terra. Quanto ao processo identitário do sujeito-migrante, podemos dizer que o movimento de migração é histórico-social por instituir a separação e a ruptura territorial com o município do qual fez parte. Trata-se então da (re)construção de uma identidade permeada por sentidos do antigo território que está presente na história da migração e dos desmembramentos político-administrativos dos novos municípios.

Vale destacar que com a emancipação política, jurídica e administrativa, os novos municípios desmembram-se territorialmente do município de Cáceres, mas historicamente se mantêm ligados pela memória e pela história que os constituem. Os poderes executivo e legislativo constituídos e os novos cidadãos locais já não se submetem às leis do município de Cáceres, mas às que serão criadas por e para eles, assegurando-lhes uma identificação social e jurídica.

Na história de fundação das cidades que se emanciparam/ desmembraram do município de Cáceres, observamos nos nomes atribuídos à essas cidades, sentidos de origem dos migrantes, do movimento Marcha para o Oeste, e também da memória do território de Cáceres.

No recorte da ata de fundação do *Patrimônio*, podemos observar um discurso fortemente marcado pela identidade do migrante com o seu estado de origem:

O nome do **Patrimônio** hoje fundado, foi dado em homenagem à **Mirassol**, progressista cidade do **Estado de São Paulo**, de onde procedem grande parte dos pioneiros desta localidade, entre eles, o

saudoso ANTÔNIO LOPES MOLON, cuja família, ali ainda reside; falecido a 06 de novembro de 1962, sem ter tido a oportunidade de ver realizado o seu sonho de povoamento desta **gleba** (LEITE, 1995, p.12).

Observamos que a nomeação do *Patrimônio de Mirassol D'Oeste* é dada em homenagem à cidade de Mirassol, “progressista cidade do Estado de São Paulo, de onde procede grande parte dos pioneiros”. O locutor-autor quando predica a cidade Mirassol-SP de “progressista”, está projetando para a cidade de Mirassol D'Oeste-MT o mesmo atributo.

No trecho a seguir, a busca dos migrantes de Mirassol D'Oeste pela emancipação político-administrativa da cidade de Cáceres significa a separação física/geográfica e/ou a ruptura com o território cacerense, ao arrogarem para si predicados de “sociedade progressista”, “ povo ordeiro e batalhador”.

Com apenas 12 anos de fundação, a jovem comunidade de Mirassol D' Oeste já despertava como uma **FLOR** prestes a desabrochar. Contando com a **garra** e a **vontade** de uma sociedade **progressista**, de **povo ordeiro** e **batalhador**, aliado às condições básicas e fundamentais para a conquista da sua independência, Mirassol D' Oeste partia para mais uma **batalha**. Era um sonho a **liberdade**, a **sede pela vida própria**, sem jamais fraquejar ante aos cruéis obstáculos e barreiras para que tal objetivo fosse concretizado (LEITE, 1995, p. 24).

Mirassol D' Oeste, nesse recorte, é designada metaforicamente como uma “FLOR prestes a desabrochar”, pois com apenas 12 anos de sua fundação já surgia na população a vontade pela emancipação, e o verbo “desabrochar” nesse enunciado significa “emancipar”. No enunciado “Era um sonho a liberdade, a sede pela vida própria, sem jamais fraquejar ante aos cruéis obstáculos e barreiras”, fica evidenciado o desejo de desmembra-se, separar-se do território cacerense, e (re)construir uma identidade que não se sujeitasse à individuação do sujeito migrante, considerando que a relação indivíduo-sociedade é uma relação política.

O interesse em se emancipar, separar-se de Cáceres pode ser observado com mais intensidade no trecho “Era um sonho a liberdade, a sede pela vida própria”, pois a individuação do sujeito-migrante às políticas do município de Cáceres significava um aprisionamento, e tornar-se livre lhe permitiria ter “vida própria”, ou seja, ter identidade. Nesse sentido, observamos que a constituição da identidade do migrante é afetada pelos discursos progressistas dos colonizadores do interior paulista, pelo discurso do governo federal denominado *Marcha para o Oeste* e pelos discursos das terras férteis no território cacerense.

O município de Jauru emancipou-se de Cáceres em 20 de setembro de 1979, dada a influência das políticas de colonização instaladas pelo governo brasileiro. O movimento de ocupação se inicia através da Companhia Comercial de Terras Sul Brasil de Marília (SP) que adquire terras nessa região e passa a traçar para essas localidades novos sentidos de terra, de povo e de economia.

A partir de 1954 chegaram na área, procedentes de **São Paulo**, **Paraná** e **Minas Gerais**, algumas **famílias**. Com estas famílias surgiram as primeiras lavouras de **café, arroz, milho e feijão**¹⁸.

Nesse recorte, a colonização de Jauru é concretizada por migrantes da região sudeste de “São Paulo”, “Minas Gerais” e da região sul do “Paraná”, que passam a influenciar o crescimento econômico da região a partir da cultura agrícola.

Observamos também que a migração é identificada por um conjunto de sujeitos através da categoria “família”. Segundo Orlandi (2011, p. 48), “como *objeto de discurso* (referente)”, “família” resulta nestes enunciados como uma *unidade* identificável.” O sentido de família funciona nas suas relações com o trabalho agrícola, na constituição das “primeiras lavouras”, e delimita os produtos cultivados na região como “café”, “arroz”, “milho” e “feijão”.

Observamos nesse sentido que a constituição da identidade da população de

¹⁸ Fonte: <<http://www.mtseusmunicipios.com.br/NG/conteudo.php?sid=162&cid=47>>8 Acesso em : 04/10/2013.

Jauru está ligada às práticas agrícolas familiares, que dão início ao desenvolvimento econômico da região, tornando-a autossuficiente na produção e consumo de alguns produtos alimentícios.

As cidades de *Rio Branco* e *Salto do Céu* se emanciparam político-administrativamente de Cáceres em 13 de dezembro de 1979. A origem de fundação de Rio Branco se dá pelo assentamento de colonos vindos de Jaciara (MT) e Dourados (MS) e a de Salto do Céu se dá pelo desdobramento dos assentamentos de colonos da Colônia Rio Branco que “dão prosseguimento à procura de glebas aptas para a produção de cereais”¹⁹

Conforme o trecho acima, podemos observar que essas cidades foram constituídas pela aglutinação de glebas já existentes na região e que possuíam boas terras para a produção agrícola. Temos novamente na base da constituição dessas cidades a presença da cultura agrícola trazida pelos migrantes impulsionados pelos programas de ocupação de terras.

Um material que pode nos ajudar nas análises sobre a identidade dessa população migrante são os brasões das cidades. Segundo Orlandi (2011, p. 92), “todos os elementos que compõem um brasão têm seu significado particular”, geralmente os brasões têm como elemento principal o escudo, mas também apresentam outros elementos visuais, como elementos arquitetônicos, naturais e desenhos que representam de alguma forma a economia da cidade, como é o caso dos brasões das cidades de *Rio Branco* e *Salto do Céu*, nos quais temos a representação dos cereais que eram produzidos na região.

Tomando os brasões dessas cidades como uma outra forma de linguagem, retomamos Orlandi (2011, p. 94) que diz sobre essa linguagem:

Quando nos deparamos com as diversas formas de linguagem, logo percebemos que não há como estar no mundo sem que sejamos tomados pelas redes de sentidos disponíveis. E não há, nesta

¹⁹ Fonte: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrosso/> Acesso em: 22/11/2012.

injunção, um limite estanque entre os discursos que circulam na sociedade. São interseções possíveis, calcadas no movimento da história, que atualizam memórias, inauguram sentidos e identificam sujeito.

Nesse sentido, os brasões também nos mostram os sentidos de identidade que estão presentes na constituição das cidades de *Rio Branco* e *Salto do Céu*. Eles rememoram elementos da fundação e projetam sentidos de futuridade para a população, pois esses brasões funcionam como símbolos oficiais e como representação gráfica oficial da cidade, conforme podemos ver nas figuras abaixo:



Figura 1 – Brasão da cidade de Rio Branco



Figura 2 – Brasão da cidade de Salto do Céu

No processo de identificação da cidade de Porto Esperidião há uma transferência de identidade que ocorre na mudança do nome de *Porto Salitre* para *Porto Esperidião*, a identificação inicial que era constituída pela relação metafórica do “salitre” com o “barro” torna-se uma relação de referência à memória individual do cidadão *Manoel Esperidião da Costa Marques*. Nesse sentido, observamos que o processo de identificação da migração de Porto Esperidião se dá através do mecanismo de identificação do sujeito com a nomeação do local.

Há no processo de identificação da migração de Figueirópolis D'Oeste mecanismos enunciativos de identificação dos sujeitos e objetos do discurso, o elemento que nos chama a atenção nesse processo é o nome de família “Figueiredo”

que é usado para identificar espacialmente a cidade de “Figueirópolis D' Oeste” e futuramente identificar os nativos (pessoas) da localidade como “figueiropolenses”. Em relação a eles, o sujeito do discurso, por sua vez, se identifica, sinalizando modos de significação que ligam a memória espacial pessoal e familiar aos espaços e à memória da cidade (ORLANDI, 2011, p. 48).

A cidade de Curvelândia emancipou-se político-administrativamente de Cáceres em 28 de janeiro de 1998, o trecho abaixo extraído do site da Câmara Municipal de Curvelândia, nos diz como foi formado o povoado que deu origem à cidade:

A formação do povoado deu-se com a vinda da **família Castrilon** que montou acampamento nas terras do Fazendeiro **Ramiro Ali Murad** onde enfrentaram várias dificuldades devido à falta de água e estradas. Mais tarde vieram **outras famílias oriundas de varias partes do país**, visando o futuro e acreditando no progresso. Derrubaram as matas, abriram estradas, construíram casas e comunidades, investiram na agricultura, implantaram comércios e desta forma a comunidade foi crescendo e sua população aumentando. Existem registros de que os primeiros moradores foram às **famílias de Diorande Francisco de Azevedo, José Roque, Família Natanael, Hermes Vicenssot, Argemiro Lopes, Paulo Antunes de Sá, José Pedro, Família Frades, Elias Mendes Leal e João Ferreira de Souza.**²⁰

Observamos nesse documento uma identificação coletiva expressa pela denominação das famílias, a povoação inicial foi composta pela “família Castrilon”, seguindo das demais “Família Natanael”, “ Família Frades” e de “outras famílias oriundas de várias partes do país”, há também a identificação individual patriarcal para representar a família “Diorande Francisco de Azevedo”, “José Roque”, “Hermes Vicenssot”, “Argemiro Lopes”, “Paulo Antunes de Sá”, José Pedro”, “Elias Mendes Leal” e “João Ferreira de Souza”.

O discurso progressista da Marcha para o Oeste se presentifica nas

²⁰ Fonte: <<http://www.cmcurvelandia.com.br/>> Acesso em: 04/10/2013.

enunciações da história de Curvelândia, conforme o enunciado “Derrubaram as matas, abriram estradas, construíram casas e comunidades, investiram na agricultura, implantaram comércios e desta forma a comunidade foi crescendo e sua população aumentando.”

Nesse sentido a memória local das cidades de *Mirassol D'Oeste*, *Porto Esperidião*, *Rio Branco*, *Figueirópolis D'Oeste*, *Salto do Céu* e *Curvelândia* é constituída por um conjunto de enunciações de migrantes brasileiros atravessado pelo discurso da Marcha para o Oeste, pelo discurso econômico e pelo discurso das famílias pioneiras, ou seja, há toda uma associação entre terra, discurso, sujeitos, políticas de ocupação do solo mato-grossense. As cidades que se desmembraram de Cáceres mais tarde deram origem a novas cidades e distritos e o mapa atual da região encontra-se constituído conforme o mapa abaixo:

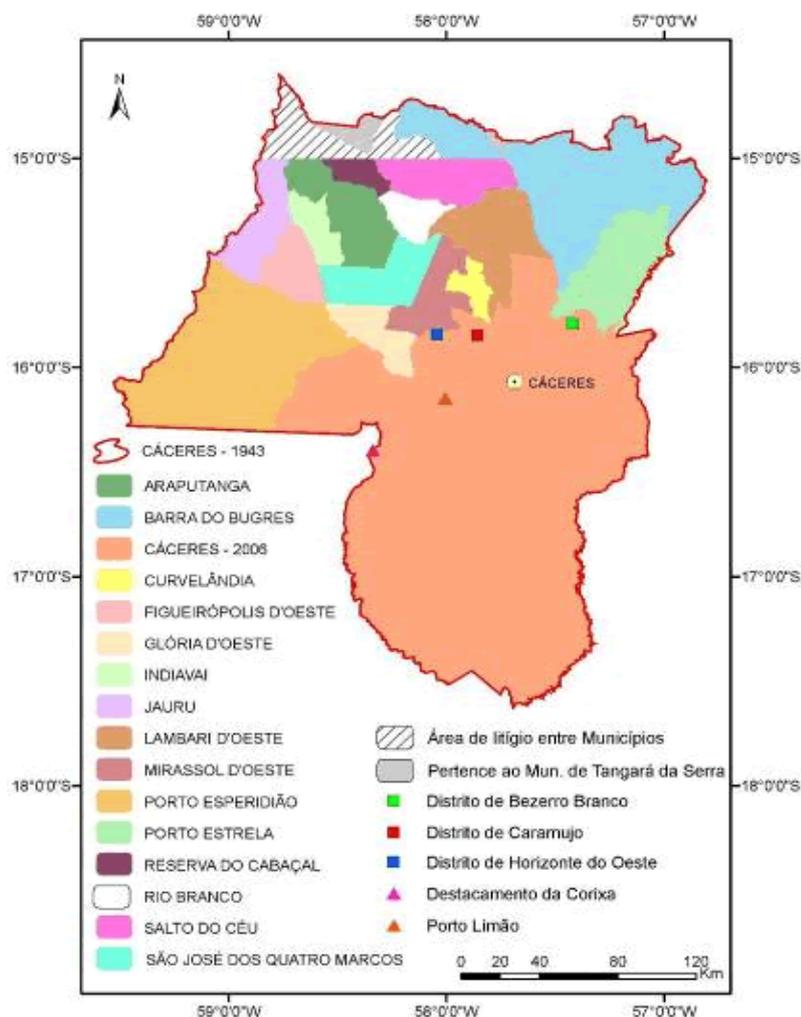


Figura 04 – Municípios desmembrados de Cáceres/MT, a partir de 1943.

Fonte: Atlas Cáceres-Unemat²¹

O município de Cáceres compreende o distrito-sede e os seguintes distritos: Bezerro Branco, Caramujo, Horizonte D'Oeste e Nova Cáceres.

O município de Mirassol D'Oeste é composto pelo distrito-sede e pelo distrito de Sonho Azul. Os municípios que se desmembraram de Mirassol D'Oeste são: Araputanga, São José dos Quatro Marcos e Glória D'Oeste. O distrito de Indiavaí desmembrou-se de Araputanga; o distrito de Santa Fé desmembrou-se de São José de IV Marcos, e o de Monte Castelo, de Glória D'Oeste.

Do município de Rio Branco desmembraram-se os municípios de Reserva do Cabaçal e Lambari D'Oeste. O município de Salto do Céu é formado pelo distrito-sede e pelos distritos de Cristinópolis e Vila Progresso. Os municípios de Porto Esperidião, Curvelândia e Figueirópolis D' Oeste são formados apenas pelos respectivos distritos-sede. O município de Jauru é formado pelo distrito-sede e pelo distrito de Lucialva.

Vemos na criação dos distritos e nos processos de emancipação um movimento muito particular na construção de novas cidades, de novas identidades, de culturas e práticas linguísticas, no entanto, nesse afã permanecem os laços entre os sujeitos que deixam a localidade e a sua conviviabilidade e partem para o novo construindo novos liames de convívio e costumes.

No percurso que realizamos neste capítulo, observamos que o processo de ocupação de terras no sudoeste de Mato Grosso instaura uma temporalidade própria, temos um (antes) representado pelas terras inexploradas no sudoeste de Mato

²¹ Disponível em: http://www2.unemat.br/atlascaceres/Mapas_Tematico/evol_pol_adm_munivi.jpg. Acesso em 10/11/2013.

Grosso e que a partir de 1970 tornam-se alvo das migrações vindas em grande parte do sudeste do Brasil; temos um (presente) da formulação que se dá através das propagandas e da criação das políticas de incentivo para a aquisição de terras em Mato Grosso realizadas pelo Governo do Estado, essa ligação de sentidos entre passado e presente projeta um futuro de novas enunciações que possibilitam a criação de novas cidades e distritos, culminando com novos sentidos de identidade para essa região do Estado.

Segundo Guimarães (2005, p. 56), “a análise da temporalidade do acontecimento para descrever o memorável que o constitui traz tantas outras enunciações que estarão significando no acontecimento”. Deste modo, a temporalidade própria desse acontecimento traz como memorável enunciações outras que rememoram o já dito, enunciações que recortam como memorável enunciações que nomearam anteriormente outros territórios, enunciações da Marcha para o Oeste, enunciações dos fundadores das cidades, etc. Essas enunciações são determinantes para o processo de desenvolvimento da região de Cáceres e para a nomeação das localidades criadas em seu território.

CAPÍTULO IV

O FUNCIONAMENTO ENUNCIATIVO DOS GENTÍLICOS NO SUDOESTE DE MATO GROSSO

*A cidade vive dos que vivem nela
já dizia o grande locutor
sem eles qualquer cidade
seria um jardim faltando flor...
tipos populares, boêmios sem fim
nos bares, becos e esquinas
vivem felizes, sim!*

(Henrique, Claudinho e Pescuma – Tipos populares)

A nomeação de cidades produz sentidos de futuridade para migrantes e para os nativos dos novos territórios fundados na região sudoeste de Mato Grosso. Dado o processo de nomeação desses novos territórios perguntamos: como a população passa a ser designada?

Conforme Guimarães (2005, p. 10), o trabalho com a designação torna-se possível, porque não a tomamos em sua referencialidade, mas em seu significado:

E assim a partir do fato semântico de que as coisas são referidas enquanto significadas e não enquanto simplesmente existentes, podemos considerar que é possível referir porque as coisas são significadas e não simplesmente existentes. Podemos referir algo com a palavra *pedra* porque a linguagem significa o mundo de tal modo que *identifica* os seres em virtude de significá-los. E é isso que torna possível a referência a um ser particular entre os seres assim identificados. É este tipo de questão que queremos discutir aqui a *designação*.

Nesse sentido propomos observar como se dá o processo de designação do gentílico, partindo do princípio de que “a designação de um nome é a sua

significação enquanto uma relação deste nome com outros e com o mundo recortado historicamente pelo nome, é o modo pelo qual o real é significado na linguagem, que é produzida no acontecimento pelo processo enunciativo.” (GUIMARÃES, 2005, p. 9).

No exemplo, quem nasce em Mato Grosso é mato-grossense, poderíamos pensar nos sentidos de evidência que o gentílico mato-grossense parece nos mostrar, “mas às vezes é útil pedir à evidência que se justifique” (BENVENISTE, 2005, p. 284). Sob o efeito da transparência da linguagem, o *gentílico* se apresenta como se fosse uno e estável, mas desfeita essas transparências, o *gentílico* é instável, pois o que um nome designa é uma construção de sentidos, produzidos na relação entre elementos linguísticos no acontecimento enunciativo. O nome que designa o *gentílico* é dado a partir das enunciações que compõem a história desse nome e não apenas uma referência ao nome da localidade.

4.1 Os Gentílicos nas Gramáticas de Língua Portuguesa

Percorrendo as páginas de algumas gramáticas de Língua Portuguesa, verificamos como a categoria dos gentílicos é definida no discurso gramatical, e descobrimos que, além dos gentílicos, existe a categoria chamada de “adjetivos pátrios”.

Para Faraco e Moura (1990, p. 172), os adjetivos pátrios se referem à nacionalidade ou ao lugar de origem; para Nicola e Infante (1991, p. 181), a maioria desses adjetivos forma-se pelo acréscimo de um sufixo que indica origem, ou procedência ao substantivo que denomina a localidade, e ainda pode se apresentar em forma composta como “franco-italiana”, “afro-ásio-americana”, etc. Pode, ainda, apresentar-se em forma reduzida como “lusu-brasileiro”, “greco-latino”, etc. Vale ressaltar que ambas as gramáticas não apresentaram a categoria gentílico.

Para Mesquita (1997, p. 183-184), o adjetivo pátrio indica nacionalidade, a pátria, o lugar, a procedência de seres em geral, é usado para caracterizar tanto pessoas como coisas, há os que são empregados especificamente para coisas como “pérsico”, “arábico”, etc. Os adjetivos pátrios também podem ser denominados como gentílicos e designam grupos étnicos e raça

Para Sacconi (2011, p. 185), o adjetivo pátrio se refere a continentes, países, regiões, estados, cidades, etc., diz ainda que o adjetivo pátrio não significa o mesmo que gentílico, pois gentílico refere-se apenas a raças e povos, por exemplo, israelense é um adjetivo pátrio e israelita é um adjetivo gentílico.

O “gentílico”, conforme dicionário Houaiss (2009), “diz-se de nome que designa o país, a região, o estado, a província, o condado, o município, a cidade, a povoação, ou afins, em que alguém nasceu, habita ou de onde procede; locativo, adjetivo gentílico”.

O gentílico, então, é um nome que designa o habitante pela sua origem nacional, estadual, regional e municipal, a partir da relação entre o habitante e a nomeação local da terra que se habita, trata-se de uma relação de pertencimento do sujeito de direito que é instalado pelo gentílico.

Para Medeiros e Soares (2011, 9.5):

Se um nome próprio é algo complexo que demanda corpo e ao corpo está integrado, diremos que com o gentílico o funcionamento é outro: ele pode ser preenchido por vários e distintos corpos, mas não se trata de homônimo, trata-se de uma ordem de identificação necessária na relação do sujeito com a nação. Se o Estado jurídico impõe um nome próprio (com sobrenome), que opera como individualizador (daí a categoria homônimo – dois nomes semelhantes para corpos distintos), impõe, como nação, um gentílico (a ser preenchido em documentos oficiais): nome único para diferentes corpos que funciona como designação identificadora de pertencimento a um país.

Podemos observar essa relação de pertencimento do sujeito de direito instalado através do gentílico no processo de designação do escravo. Conforme Zattar (2012, p. 64-65), há um deslocamento de sentidos da expressão “todos os escravos” para “Africanos livres” na legislação imperial; o funcionamento do gentílico em maiúsculo, na designação “Africanos livres” pode decorrer dentre outros fatores “pelo reconhecimento da nacionalidade dos escravos já elevados à categoria de pessoas, por força da legislação imperial”.

Nesse sentido, o gentílico determina os cidadãos e os instala juridicamente como pertencentes a um território, com direitos e deveres inerentes à sua cidadania.

4.2 Os Sentidos dos Nomes Gentílicos

O nosso interesse pelo gentílico decorre do processo de nomeação de novas terras fundadas e urbanizadas por migrantes paulistas no sudoeste do Estado de Mato Grosso, em que os nomes atribuídos às cidades são especificados pelo locativo *D'Oeste* que funciona para distinguir geograficamente a nova terra das cidades de onde migraram no estado de São Paulo.

Desse modo, apresentamos quatro grupos de gentílicos na região sudoeste de Mato Grosso como podemos ver abaixo:

A) Gentílico formado por nome especificador acrescido do sufixo <i>ense</i>	cacerense, araputanguense, curvelandense, porto-esperidiãoense, indiavaiense, jauruense, rio-branquense.
B) Gentílico formado por nome especificador acrescido do sufixo <i>ense</i> e locativo do oeste	gloriense do oeste
C) Gentílico formado por nome especificador com a supressão do	mirassolense, lambariense,

locativo D'Oeste.	figueiropolense
D) Gentílico formado por apenas um dos nomes especificadores da cidade acrescido de sufixo <i>ense</i>.	reservense, quatromarquense

Os gentílicos do grupo A apresentam uma regularidade em relação ao sufixo em sua composição morfológica, mantendo o nome especificador do local com o sufixo *ense*. Os gentílicos desse grupo que já foram dicionarizados e reconhecidos como gentílicos mato-grossenses são: *cacerense*, *indiavaiense* e *jauruense*; o gentílico *rio-branquense* é reconhecido como natural de Visconde do Rio Branco (MG) e Rio Branco, capital do Estado do Acre. Os gentílicos *araputanguense*, *curvelandense*, *porto-esperidiãoense* ainda não foram dicionarizados, mas significam por analogia a outros gentílicos que terminam em *–ense*.

Nos demais grupos observamos características distintas entre os gentílicos e que não seguem a regularidade sufixal apresentada no grupo A.

Para a cidade de Glória D' Oeste, o gentílico é *gloriense do oeste*, observa-se que o sufixo *–ense* é acrescido ao final do nome especificador e o locativo *D'Oeste* permanece, no entanto é modificada a sua forma contraída *D'Oeste* para *do oeste*. Observamos, no dicionário Houaiss (2001, p. 1458), que o gentílico *gloriense* designa quem é natural ou habitante de cinco cidades brasileiras: Glória do Goitá (PE), Glória (BA), São João Batista do Glória e São Francisco do Glória (MG) e Nossa Senhora da Glória (SE). Desse modo, o locativo *D'Oeste* funciona para distinguir o gentílico do natural de Glória D'Oeste de MT do natural das demais cidades, e também marca no nome a localização da cidade em cada Estado em que aparece.

Os gentílicos do grupo C, *mirassolense*, *lambariense*, e *figueiropolense*, são formados pelo nome especificador da cidade e o sufixo *–ense*, no entanto o locativo *D'Oeste* é silenciado. É interessante destacar que na nomeação das cidades que se desmembraram de Cáceres, o locativo *D'Oeste* foi determinante para diferenciar as

idades que possuem o mesmo nome.

Como vimos, no processo de nomeação da cidade de Mirassol D'Oeste, o nome rememora a nomeação da cidade de Mirassol no estado de São Paulo. Ao se identificar como *mirassolense* e não como *mirassolense D'Oeste*, o nascido em Mirassol D'Oeste-MT silencia uma parte da história da constituição de sua cidade. O fato de o dicionário Houaiss (2001), reconhecer como *mirassolense* apenas o nascido em Mirassol-SP pode provocar equívocos com relação ao nascido em Mirassol-MT, que também se apresenta como *mirassolense*.

Para os demais gentílicos do grupo que não apresentam o locativo *D'Oeste*, *figueiropolense* e *lambariense*, também ocorre esse duplo significado, pois existem outras cidades brasileiras nomeadas como Figueirópolis (TO) e Lambari (MG).

No grupo D, ocorre no gentílico a supressão de um dos nomes especificadores da cidade, por exemplo, o gentílico da cidade de *Reserva do Cabaçal* é *reservense*, e o gentílico da cidade de São José dos Quatro Marcos é *quatromarquense*. Os sentidos dos nomes que formam esses gentílicos se estabilizam, sentidos que os levam a ser dicionarizados como nomes mato-grossenses, conforme podemos encontrar no dicionário Houaiss (2001).

Apresentamos aqui algumas das formas *oficiais* de gentílicos que podemos encontrar para os habitantes das cidades que surgiram a partir de 1970 no sudoeste de Mato Grosso. Verificamos que a designação ocorre no acontecimento pelo processo enunciativo, ou seja, as designações dos gentílicos utilizadas para referir ao local de origem do cidadão nos permitem dizer que as designações mudam a partir das posições dos sujeitos que enunciam a origem do cidadão. Sendo assim, à medida que se fundam novas cidades, são criados novos gentílicos para identificação do nascido nessas localidades.

Karim, (2012, p. 187-188), na análise semântico-enunciativa que desenvolve sobre as cidades e os sujeitos mato-grossenses, diz:

[...] os nomes das cidades constroem sentidos que passam a significar a identidade dos cidadãos do Estado que são determinados na diferença constitutiva dos espaços urbanos – as cidades – dispersos no território do Estado do Mato Grosso. Esse funcionamento instala o sentido de brasilidade do Mato Grosso construído pela própria distribuição dos espaços urbanos nomeados no território/Estado, essa diferença constitutiva se dá na relação das cidades que o constituem, assim constitui também os sujeitos municipais, na sua relação com os outros Estados e as outras cidades brasileiras. É desse modo que o nome Mato Grosso passa a figurar o sentido jurídico e administrativo de um Estado do Brasil, também o lugar da natureza jurídica dos que ali nascem, os sujeitos mato-grossenses.

Desse modo, podemos dizer que os gentílicos designam a identidade dos migrantes e de seus descendentes pela ação de colonização e urbanização que produziram, a partir do movimento Marcha para o Oeste e das políticas de interiorização do Governo mato-grossense. Nesse percurso, não nos ativemos apenas à história etimológica dos nomes que designam o habitante das cidades analisadas, mas à história de sentidos que esses gentílicos produzem toda vez que alguém enuncia ou é identificado por esses lugares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tem como proposta analisar semântico-enunciativamente os processos de nomeação das cidades que, a partir de 1970, desmembraram-se/emanciparam-se de Cáceres-MT, formando a região sudoeste de Mato Grosso, pensando essas nomeações em relação ao espaço de enunciação e às questões políticas, sociais e históricas que as determinam.

Neste trabalho, postulamos que a nomeação de cidades não se dá aleatoriamente, o ato de nomear se constitui por um dizer, e dizer um nome é estar agenciado enunciativamente a nomear de uma forma e não de outra. O aporte teórico da Semântica do Acontecimento (2005) nos foi extremamente importante, pois nos permite dizer que todo nome se inscreve em uma história e que acontece a partir do funcionamento semântico de nomeação.

Para a análise dos nomes das cidades, apresentamos dois movimentos de ocupação distintos: a) na Capitania de Mato Grosso no século XVIII e b) na região sudoeste do Estado de Mato Grosso, no século XX, dos quais mostramos diferenças quanto às políticas de ocupação pela Corte portuguesa e quanto aos programas dos governos federal e estadual, bem como os instrumentos utilizados para o registro das vilas e cidades fundadas, como as atas e as leis, considerados instrumentos linguísticos, jurídicos e administrativos que asseguravam às vilas e às cidades autonomia político-administrativa.

No primeiro movimento, o bandeirante paulista atraído pelas riquezas auríferas localizadas no interior do Brasil, conquistava, explorava e colonizava as terras para a Coroa portuguesa, expandindo o domínio, cuja marca de propriedade se materializava nos registros dos nomes das localidades nas atas. Nesses gestos de ocupação e nomeação das terras, a presença da Corte portuguesa é determinante para a povoação e transformação do estado de Mato Grosso.

No acontecimento da ata de fundação de Cuiabá e Vila Bela, o lugar da autoridade do dizer é dos portugueses a serviço de “Sua Real Magestade” para explorar, colonizar e erigir vilas. Na fundação de Cáceres, temos também o lugar da autoridade instituído por um representante do governador Luis de Albuquerque, o co-fundador Tenente de Dragões Antonio Pinto do Rego e Carvalho, com a ordem de fundar a Vila Maria do Paraguay.

A primeira nomeação da cidade de Cuiabá foi Arraial do Cuyabá, a nomeação se dá por um processo metonímico de nomeação que nomeia a partir de uma característica contida nele, nesse caso o nome do rio Cuiabá, no qual o arraial foi instalado às suas margens. A segunda nomeação foi Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, aqui nós temos uma mudança de arraial para vila, acontecimento que renomeia a localidade, e conforme o registro da ata “sendo mandado por Sua Majestade, que Deus guarde, a criá-la de novo”, observamos a presença da Coroa portuguesa e do discurso religioso. Por fim, temos a nomeação Cuiabá que reescritura por condensação as nomeações anteriores, e atualmente é a nomeação da cidade.

Na nomeação de Vila Bela da Santíssima Trindade, verificamos que a nomeação se deu pelo processo metonímico, pois a localidade foi nomeada em relação às suas características naturais. Logo, a capital do Estado foi fundada no lugar escolhido que já era nomeado como Campo do Simão ou Pouso Alegre. Na nomeação, observamos a presença do discurso religioso fortemente marcado nos registros da época. Atualmente é utilizada apenas a forma condensada Vila Bela para designar a cidade.

No processo de nomeação de Cáceres, observamos que a primeira nomeação foi Villa Maria do Paraguay em homenagem à D. Maria I, rainha reinante de Portugal, e que na estrutura do nome ainda apresentou o nome do Rio Paraguai em que a vila foi instalada às margens. Até chegar à nomeação atual de Cáceres, a cidade passou por outros nomes como Freguesia de São Luiz de Villa Maria, Villa de São Luiz do Paraguay e São Luiz de Cáceres. Verifica-se em todas as nomeações a presença ou do nome da rainha reinante, do Rio Paraguai, ou ainda do fundador

Luis Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, do qual foi mantido o último sobrenome *Cáceres*.

Nesse primeiro período observamos que as nomeações se deram através das determinações sócio-históricas de cada época, e que os nomes não permaneceram estáveis como as nomeações de outras cidades que mantêm a mesma nomeação desde a sua fundação, não há uma predominância na escolha da categoria dos nomes, que oscila entre nomear a localidade metonimicamente ou ainda homenagear a representante da Corte portuguesa, ou fundadores, pioneiros, e a religiosidade.

No segundo movimento, com as novas políticas e programas de integração de terra realizados pelo governo, o migrante além de ocupar as terras “inabitadas” e promover a integração social entre os povos dos grandes centros e do interior faz surgir as primeiras vilas, distritos e cidades que formaram no século XX a região da chamada Grande Cáceres. Nesses gestos de ocupação e nomeação das terras, a presença do Estado é determinante para a povoação e transformação do estado de Mato Grosso. As cidades que compõem atualmente essa região são: Mirassol D'Oeste, Salto do Céu, Rio Branco, Porto Esperidião, Jauru, Curvelândia e Figueirópolis D'Oeste.

Nas análises observamos um dado importante na estrutura morfossintática de algumas nomeações, como é o caso do acréscimo do locativo D'Oeste, que produz dois sentidos, o primeiro é o de localizá-lo na região Oeste do Brasil que retoma o memorável da Marcha para o Oeste, e o segundo para diferenciar de outras cidades brasileiras que possuem o mesmo nome, como é o caso de Mirassol D'Oeste e Figueirópolis D'Oeste. Em Salto do Céu, Rio Branco, Jauru e Curvelândia, as nomeações ocorrem pelo processo metonímico de nomeação, ou seja, as características naturais encontradas nas localidades para nomeá-las. Na nomeação de Porto Esperidião, temos uma homenagem ao engenheiro Dr. Manoel Esperidião da Costa Marques. Essa cidade tem este nome por uma enunciação que a nomeia a partir da enunciação que nomeou alguém com esse nome.

Destacamos que o processo de nomeação de cidades a partir do nome próprio de pessoas é diferente de outros processos de nomeação, como o de ruas, praças, etc. Pois não se mantém o nome completo na sua forma nome+sobrenome, geralmente o nome é recortado e mantido apenas um dos sobrenomes, é o caso de Porto Esperidião.

As análises morfossintáticas, semântico-enunciativas e do memorável do acontecimento nos nomes de cidades, nos mostraram que as nomeações funcionam a partir de um memorável de enunciações já realizadas, ou seja, a nomeação das cidades recorta no primeiro momento as enunciações do processo de colonização realizado pela Coroa portuguesa, e no segundo momento, o memorável do migrante paulista que constrói e reconstrói a história do povo dessas cidades.

Nesse movimento de construção da história, observamos os processos identitários que constituíram os sujeitos das cidades que foram emancipadas do município de Cáceres. Para falar sobre identidade, mobilizamos os estudos de Orlandi (2011), para quem “a identidade é um movimento na história”.

Foi perceptível a presença da cultura, dos costumes e da linguagem do sudeste do Brasil nas cidades de Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Rio Branco, Figueirópolis D'Oeste, Salto do Céu e Curvelândia, e, por outro lado, a memória local habitada nos migrantes como no caso de os sentidos do nome de Cáceres se manterem nos sentidos dos nomes de Porto Esperidião, Curvelândia, Jauru e Rio Branco.

Neste trabalho, um dos nossos questionamentos foi saber como a população passa a ser designada dada a nomeação desses novos territórios que produzem sentidos de futuridade para migrantes e para os nativos dos novos territórios fundados na região sudoeste de Mato Grosso

É importante destacar que o morador passa a ter uma relação jurídica e é instalado como cidadão dessa nova terra, esse movimento faz surgir a categoria dos gentílicos que designa o morador dessas cidades. Desse modo, podemos dizer que os gentílicos designam a identidade dos migrantes e de seus descendentes pela ação

de colonização e urbanização que produziram, a partir do movimento Marcha para o Oeste e das políticas de interiorização do Governo mato-grossense. A nossa preocupação, neste momento do trabalho, foi o de não se ater apenas à história etimológica dos nomes, mas à história de sentidos que esses gentílicos produzem quando são enunciados.

Na análise da categoria dos gentílicos observamos nos dicionários de língua portuguesa que alguns gentílicos da região ainda não são reconhecidos como mato-grossenses, e eles identificam pessoas que nascem em outras cidades do Brasil que possuem o mesmo nome, observamos que as cidades que possuem o locativo D'Oeste suprimem essa forma no gentílico e silenciam uma parte da história da constituição do nome dessas cidades, podendo provocar equívocos com relação aos nascidos em Mato Grosso.

A categoria do gentílico designa o migrante pela identificação com a cidade que ajudou a fundar e/ou da qual descende. Segundo Orlandi (2011, p. 25), a identificação dos novos povoadores com a localidade contribui para a “elaboração da identidade do grupo [...] permitindo aos migrantes, pioneiros e outros grupos reconstituírem seus horizontes e anseios em novos espaços, ao se apropriarem de novos territórios”.

Em todo o percurso do nosso trabalho a linguagem foi a mediadora dos nossos dizeres, e nos possibilitou questionar e interpretar a história da nomeação das cidades que se desmembraram/emanciparam do município de Cáceres. O trabalho com a linguagem, especificamente com o processo de nomeação, nos permitiu interpretar os gestos dos migrantes e do governo do Estado de Mato Grosso, nos acontecimentos de linguagem que permitiram a construção de novos núcleos urbanos, identificados social e geograficamente, e também de mostrar que os nomes atribuídos às cidades significam para além da colonização e apropriação de terras, como a memória local se movimentando nos nomes das novas cidades, ou seja, alguma coisa fala antes, em outro lugar e independentemente, retornando à formulação presente.

Esperamos que o nosso trabalho, que não se esgota aqui, possa contribuir para os estudos da Linguística, no que diz respeito às pesquisas sobre nomes próprios, mais especificamente nomes próprios de cidades, e contribuir também para os leitores na reflexão sobre a história do povo de Mato Grosso que nos interpela enquanto sujeitos através da linguagem.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**: tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri: revisão do prof. Isaac Nicolau Salum – 5. ed. Campinas, SP Pontes Editores, 2005.

CASTRO, Vinícius Massad. **A nomeação lúdica**: um estudo enunciativo da apelidação e dos apelidos de pessoa. Campinas, SP: [s.n.], 2013.

Documentos Avulsos sobre Mato Grosso – Cxa. 18, n. 1165. In: Fundação de Vila Maria, UFMT, 1978.

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de Texto. Procedimentos, Análises, Ensino**. Campinas, Editora RG, 2011.

_____. Em torno de um nome próprio de cidade. Sobre a produção dos sentidos de uma origem. In: **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, 53(2): 137-147, Jul/Dez. 2011.

_____. **Os limites do sentido**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2002a.

_____. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo designativo. Campinas, SP: Pontes, 2002b.

_____. **Independência e morte**. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). **Discurso Fundador**. Pontes. Campinas, 1993.

_____. **Terra de Vera Cruz, Brasil**. In: **Cultura Vozes**. n. 4, julho/ agosto, 1992.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde**: política de colonização de terras no Brasil contemporâneo. Cuiabá: Unicen, 2002.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KARIM, Taisir Mahmudo. **Dos nomes à história - o processo constitutivo de um estado: Mato Grosso**. Tese de Doutorado. IEL, UNICAMP, Campinas, 2012.

_____. Significação da história ao nome Israel e Palestina na *Folha de São Paulo*. In: **Sociedade e discurso**. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

LEITE, Ataíde Pereira. **História Poesia**. Passo Fundo: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1995.

MEDEIROS, Vanise Gomes ; SOARES, Alexandre S. Ferrari. Na História de um gentílico, a tensa inscrição do ofício. **Revista da ANPOLL** (Impresso), v. 32, p. 81-105, 2012.

MENDES, Natalino Ferreira. **História de Cáceres – história da administração municipal**. Editora UNEMAT, 2 ed. Cáceres-MT, 2009.

MORENO, Gislaene. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. In: **Geosul**, Florianópolis. V. 14, n. 27, p. 67-90. 1999.

MOTTA, Ana Luiza Artiaga R. da. O discurso da normatização da terra. In: **RUA** [online]. 2011, no. 17. Volume 2.

O Estado de Mato Grosso: Cuiabá, Jornal, 24 de fevereiro de 1963, nº 4.236, p. 01. In: HEINST, Andreia de Cássia. Mato Grosso – entre relatos de memória sobre a ocupação recente e a instituição da memória vencedora. **Revista Histórica**, SP, 2007.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. **Cidadania: história e política de uma palavra**. Campinas: Pontes Editores, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso, espaço, memória – caminhos da identidade no Sul de Minas**. Campinas, Editora RG, 2011.

_____. A fundação de um Estado: cidade de São Salvador, Brasil. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP,

Campinas, SP, n. 53(2), 2011.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. **Cuyaverá: Cuiabá, a lontra brilhante.** Cuiabá, MT: Carlini & Caniato, 20017.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais.** Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

ZATTAR, Neuza. Os sentidos de liberdade do escravo nos acontecimentos de linguagem. In: **Fronteira: memória e linguagem.** Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

_____. Calçadas: espaços públicos ou privados? In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos.** Campinas, n. 23 e 24, jan jun/jul dez. 2009.

_____. A corte portuguesa mudou-se ou fugiu para o Brasil? In: **Webrevista discursividade.** Versão Eletrônica. 9. ed. 2012.

_____. Cartas de Alforria: liberdade enunciada. In: **Entrepalavras.** Revista Eletrônica. Fortaleza, ano 2, v.2, n. esp., p. 21-38 , jan/jul, 2012.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. É o nome que faz a fronteira. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs). **Os múltiplos territórios da análise do discurso.** Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

SITES CONSULTADOS

<http://www.mtseusmunicipios.com.br>> Acesso em 10/11/2013.

<http://www.dicionarioinformal.com.br/jauru/> > Acesso em 23/10/2013.

<http://www.saltodoceu.mt.gov.br/informacoes/sobre-salto-do-ceu/historia/>> Acesso em 09/10/2013.

<http://www.cmcurelandia.com.br/>> Acesso em: 04/10/2013.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrosso/Jauru.pdf>> Acesso em 22/11/2012.